



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - FUNDOS DE PENSÃO | | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 0110/16 | DATA: 15/03/2016 | |
| LOCAL: Plenário 1 das Comissões | INÍCIO: 15h12min | TÉRMINO: 18h26min | PÁGINAS: 92 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ex-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve tumulto na plateia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 40ª Reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há a necessidade de leitura da referida ata.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está dispensada a leitura, a pedido do Deputado Marcus Pestana.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Informo a V.Exas. que o Procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, membro do Ministério Público Federal, solicitou a esta Presidência, e ela autorizou, a presença dos consultores desta CPI para acompanhar, na Procuradoria da República do Distrito Federal, oitivas relevantes para a apuração do objeto da investigação da CPI que correm junto ao douto Ministério Público Federal. *(Palmas.)* Essas oitivas já estão em andamento e os consultores delas participarão.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar o depoimento do Sr. Antonio Carlos Conquista, ex-Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

Convido o Sr. Antonio Carlos Conquista a tomar assento à mesa. Convido também para compor a Mesa o seu advogado Sandro Silva.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto a esta Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações; os Sub-Relatores, de 10 minutos; os Deputados inscritos, de 3 minutos para as suas respectivas interpelações.



Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura neste exato momento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Trata-se do art. 203 do Código de Processo Penal.

Com a palavra o Sr. Antonio Carlos Conquista, pelo prazo de até 20 minutos, para as suas considerações iniciais.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos Srs. Deputados participantes desta Comissão; em especial ao Deputado Efraim Filho, Presidente; ao Deputado Sergio Souza, Relator; e a todos os participantes dos POSTALIS, que eu estou vendo aqui com a camisa amarela; assim também aos participantes da FUNCEF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu pediria que os participantes do POSTALIS se levantassem. Eles estão com camisa amarela e divulgam a campanha intitulada "*Brasil SOS Correios — Corrupção Não*".

Queria, inclusive, aproveitar e pedir licença ao Sr. Antonio Carlos Conquista para agradecer a presença e os registros que chegaram a mim. Tenho certeza de que engrandecem o Relator, os demais membros.

Nas manifestações do dia 13 de março, muitos estiveram empunhando cartazes e faixas referentes às investigações que esta CPI conduz, aplaudindo a investigação do desvio de dinheiro que pertence aos aposentados. Muitos nos enobreceu ver a participação dos senhores. Obrigado.

Está feito o registro sobre os participantes do POSTALIS e da FUNCEF, principalmente, que nos enviaram mensagens.

Devolvo para o Sr. Antonio Carlos Conquista a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não, Presidente. Tenho acompanhado as sessões da CPI e, como o senhor disse, já viemos aqui, fizemos apresentações e agora precisamos tentar esgotar o máximo que pudermos as perguntas que os senhores porventura tenham e as dúvidas que porventura também eu tenha deixado quando do meu primeiro depoimento.



Eu listei seis assuntos para tratar com os senhores, que são mais uma atualização do que ocorreu entre a minha vinda aqui em 25 de agosto até dia 2 de março, que foi o meu último dia à frente da Presidência do POSTALIS. Eu queria passar para os senhores rapidamente o que nós percorremos nesse tempo e me coloco à disposição para as perguntas.

Primeiro, eu queria falar sobre o déficit. Vocês devem saber, quando eu vim aqui em agosto de 2015, que nós havíamos suspenso, com a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, um TAC, firmado entre o POSTALIS, a PREVIC e também a patrocinadora dos Correios, como interveniente anuente, um TAC suspendendo o nosso equacionamento, o qual estava previsto para 1º de abril. Ressalto que ano fiscal do POSTALIS é 1º de abril e, naquele instante, praticaram um equacionamento em razão de um déficit apontado, no ano de 2014, da ordem de 5,6 bilhões. Portanto, nós iríamos aplicar a participantes e patrocinadora 25,98%, a partir de 1º de abril.

Com a assinatura do TAC, essa aplicação da contribuição extraordinária foi suspensa e ficamos o ano inteiro de 2015 tentando chegar no prazo previsto pelo próprio TAC, que seria 1º de abril de 2016, com alguma alternativa que viesse a melhorar esse impacto que estava previsto para 2015. E aí, no decorrer do ano de 2015, penso que por volta de outubro ou novembro, a PREVIC alterou novamente a fórmula para calcular o déficit. Isso fez, teve um significado dentro das contas que nós tínhamos previstas para o POSTALIS. Eu não tenho os números finais, porque ainda não estão fechados lá, Presidente, mas sei que isso, num primeiro momento, iria reduzir-se em 25%, mas virá para baixo de 20%, ficando entre 10% e 20%. Os números ainda não estão fechados. Essa nova regra possibilitou essa redução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdão. Eles ficarão em que patamar, pontualmente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Os números estavam girando, Presidente, na ordem entre 10% e 20%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para entendermos melhor: o que levaria o resultado a ficar mais próximo de 10 ou mais próximo de 20? O que é que ainda...



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que os números do POSTALIS fecham agora em 31 de março, na verdade. E os números iniciais, no final de outubro, quando o nosso atuário costuma fazer a apresentação, giravam em torno de 15%, 16%. Mas o resultado já tinha caído para esse patamar, que ainda é muito, não é? Eu quero fazer esse registro aqui, aliás, eu já disse isso por onde passei. E passei por vários lugares quando teve o primeiro equacionamento do POSTALIS. Os nossos participantes não devem contribuir com nenhuma vírgula a mais, com nenhum centavo a mais do que estava previsto na sua contratação, quando entraram nos Correios ou no POSTALIS. Mas, infelizmente, nós não tínhamos como escapar disso, por força da legislação. Então eu acho que vai ficar nessa faixa entre 15% e 16%, ou um pouquinho mais. Precisamos ver agora como é que fecham os números.

Mas eu queria continuar aqui porque posso dar mais uma possibilidade de...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, eu não estou mais lá e não sei exatamente como é que vão ficar esses números. Mas estavam girando mais ou menos nessa faixa.

Uma das coisas que eu quero comentar com os senhores é que, antes da minha saída, havia uma possibilidade que era objeto de conversas com a nova direção dos Correios. Os senhores sabem que houve uma mudança no comando do Ministério das Comunicações, houve uma mudança na Presidência dos Correios e estávamos conversando novamente sobre a possibilidade de voltar a RTSA para dentro do balanço dos Correios. E isso, para nós, seria extremamente importante, porque voltam a sinalizar que os Correios vão voltar a pagar. Quem sabe eles conseguem convencer os órgãos aos quais os Correios — não é? — têm obrigação de prestar de contas — particularmente o DEST. Quem sabe eles convencem o DEST a autorizar novamente o pagamento da RTSA. Isso voltaria para o caixa do POSTALIS e, quem sabe, depois — e possivelmente o novo Presidente vai suscitar à PREVIC, para saber se ela também concorda —, a PREVIC concorde que seja possível tirar a RTSA de dentro do equacionamento.



Isso representa, como o nosso atuário já apontava, mais ou menos quatro pontos percentuais a menos. Então, estou falando de algo em torno de 15%, 16%. E nós poderíamos estar trabalhando, então, com 12% — não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E hoje só depende de uma palavra do Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, isso. Penso que volta tudo de novo, como se diz, Presidente, para os pedidos de autorização, novamente, por parte dos Correios para o DEST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esperamos que o Governo tenha essa sensibilidade, tenha alma e coração para reduzir, no mínimo, o impacto diante dos aposentados. Mas pode continuar V.Sa.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não. Esse é o caso da RTSA, pelo qual torcemos aqui a distância, para que isso dê certo, ainda que a partir de agora fora do POSTALIS. Mas estou acompanhando bem de perto toda essa situação.

Uma das coisas que também fizemos e está para ter uma definição ainda no mês de abril — vocês devem conhecer, pois nós colocamos em *site* tudo — é que, já naquela época em que eu estava lá, nós estávamos preparando a venda da carteira, a nossa carteira com *default*, cujo valor era de mais ou menos 1 bilhão e 700 milhões. Nós estávamos a estávamos colocando à venda.

Aí fizemos um processo de tomada de preços, e a ganhadora desse processo foi a Price Waterhouse, que os senhores devem conhecer. A partir disso, ela ganha um mandato para sair no mercado tentando oferecer essa carteira a quem aparecer como interessado.

Esse é um processo delicado porque é obrigatório todo um processo de termo de confidencialidade. Os senhores imaginem que há uma precificação. É como se faz um *data room*. Então, essas empresas foram lá. E eu tive uma informação hoje mais atualizada do Diretor Financeiro, André Motta, de que ela será apresentada ao POSTALIS até dia 15 de abril. Houve um pedido de prorrogação.

Uma das coisas que precisa ficar clara nesse processo é que, independente de nós termos colocado a carteira para vender, nós não temos nenhuma obrigação de vender. O POSTALIS não tem obrigação nenhuma de vendê-la. Se, por acaso,



chegarmos a termos razoáveis para a venda, esse processo vai seguir toda a governança do fundo, de entrada, de análise, de gerência de risco, de comitê de investimento, de aprovação de diretoria e aprovação de conselho. E eu ainda não sei se, nesse caso, nós precisamos levar para a PREVIC.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Aliás, não posso mais falar “nós” — desculpem-me. Eu estou usando essa palavra, mas não sou o Presidente. Mas, possivelmente, o novo Presidente ou a diretoria atual vai seguir todo esse caminho e, quem sabe, teremos essa boa notícia também, porque isso impacta. E, se não der tempo, Presidente, de o POSTALIS conseguir colocar isso no novo equacionamento, pode fazer isso no final do ano, como obrigação de lei. A cada 31 de dezembro se olha todo o ano que passou e faz-se a conta, para que isso, possivelmente, possa impactar o valor a ser equacionado a partir de 2016.

Vou falar rapidamente das ações da Mellon nesse período em que eu estava lá, até o dia 2 de março. Quando eu vim aqui, no dia 25 de agosto, nós só tínhamos a ação do Fundo de Investimento de Dívida Externa — FIDEX. Os senhores se lembram — e nós falamos muito para vocês sobre a ação do FIDEX — que a Mellon havia reprecificado por volta de 250 milhões do POSTALIS. Como os senhores sabem, houve aquela questão das trocas dos títulos, por compra de títulos da Argentina feito pelo gestor, à revelia do POSTALIS. Em 2011, o gestor trocou títulos da dívida soberana brasileira por títulos da Argentina, Venezuela e da PDVSA.

Nós ajuizamos uma ação, que já é vencedora aqui, inclusive, em agravo no STJ. Ou seja, até hoje ela é uma ação vencedora, e nós esperamos contar com essa decisão de forma definitiva. Então, nós só tínhamos essa ação naquela data em que eu vim aqui, 25 de agosto. A partir dali, nós, no final do ano, entramos com mais três ações, com valores acerca de 300 milhões. Foi o mesmo tipo de ação que tínhamos feito com relação ao FIDEX, desta feita contra o Mellon e contra o gestor, porque entramos também contra o Fabrizio.

Ajuizamos outra ação. E também os senhores podem tomar conhecimento de um fundo chamado TAG, que também envolve outros fundos junto com o POSTALIS. Entramos contra o Mellon.



Ainda no mês de janeiro, se eu não estiver enganado, entramos com uma ação que a gente considerava “macro”, da ordem de 2, 2 bilhões de reais contra o Mellon. Então, nós temos cinco ações possivelmente correndo.

E aqui eu queria fazer um parêntese e, em particular, agradecer. Eu já disse ao senhor isso enquanto eu estava à frente do POSTALIS.

Mas eu gostaria de agradecer a esta Comissão por ter aprovado os requerimentos que aqui foram colocados com relação ao Mellon; a conduta que teve o Presidente, Deputado Efraim Filho, com relação a tentar achar a saída para a gente com o Mellon; o envolvimento que teve o Deputado Sergio Souza, o Relator. Para os senhores terem uma ideia, tivemos uma reunião, penso que há 20 dias, Presidente, dentro da sala de reuniões do gabinete do senhor — eu só não lembro onde, gabinete de reuniões, sala da Comissão —, o POSTALIS e o Mellon, e nós não tivemos sucesso naquele dia. Eles sempre nos pedem que apresentemos o número. Nós apresentamos novamente o número. Os nossos números apresentados não são números chutados, criados do nada. Eles têm base. Fizemos a apresentação dos números. Havia uma combinação para que nós nos reuníssemos numa próxima terça-feira, numa semana à frente. Foi alertado tanto pelo Presidente como pelo Sr. Relator que esta Comissão não abriria mais espaço para se sentar e conversar, e eles não nos apresentaram nenhuma contraproposta. Não sei se o fizeram aqui na CPI. Aí, se o senhor pudesse me ajudar, se tem... No POSTALIS não apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Relator, depois, durante a sua fala, esclarecerá.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. A única proposta que eles nos fizeram, de forma verbal, foi feita, no final do ano passado, pro nosso advogado Marcelo Martin. Eles nos ofereceram 95 milhões de reais. Noventa e cinco milhões de reais para quem está pleiteando, no mínimo, 4 bilhões, na Justiça, não dá nem para a gente conversar. A gente achou até que isso foi uma afronta tanto para o POSTALIS como foi uma afronta para a própria CPI, porque, naquele instante, o Presidente do Mellon estava convocado pela CPI. E nós não tivemos êxito. Esperamos que isso... Não tivemos êxito naquela época. Espero agora, de fora, que o POSTALIS consiga se sentar, que o Mellon realmente entenda que ele tem a



obrigação. Ele era o administrador; em muitos casos, também, gestor. Tinha a fidúcia, o dever de fidúcia. Não cuidou disso. O nosso contrato — eu falei aqui para os senhores, à época — é muito claro na responsabilidade do Mellon. Eles bateram às portas do POSTALIS! Não fomos nós que fomos procurá-los. Eles que foram lá dizer para a gente que queriam exclusividade dos nossos recursos, e, portanto, assumiam todas as responsabilidades feitas por qualquer terceiro de que eles cuidassem. Está certo? Então, para nós, isso é líquido e certo. Uma hora vai acontecer o retorno pros cofres do POSTALIS. Mas gostaríamos que não precisássemos esperar a Justiça decidir isso. Acho que o acordo poderia ser benéfico para ambas as partes, e nós estávamos... O POSTALIS, à época, estava disposto, como quero crer que o novo Presidente ainda esteja disposto a se sentar com o Mellon para fazer um acordo. Então, eu queria deixar claro aqui o papel preponderante que esta CPI teve, os senhores, na aprovação, e a conduta tanto do Presidente quanto do Relator com relação a isso. Faltam só mais dois itens. Com relação à governança, o último gesto foi... Mas deve haver outros mais importantes dentro da nossa política de investimentos para 2016. Eu já tinha dito aqui pros senhores quando apresentei, no ano passado, a nossa política de investimentos para 2015. O Diretor Financeiro tinha trazido à sua alçada de 2% para 1%. E agora, a partir de 2016, ele tirou de 1% para zero. Ou seja, separados os títulos — porque títulos precisam de decisão rápida, porque senão você perde a janela da compra —, todos os investimentos do POSTALIS, a partir de 2016, subirão, obrigatoriamente, para a Diretoria Executiva. Serão tratados na Diretoria Executiva. Não haverá mais a alçada da Diretoria Financeira somente. Para finalizar, e prometo aos senhores que este é o último mesmo, eu havia colocado aqui da outra vez. Peço desculpas porque só vou ter que dizer... Aí, se os senhores puderem anotar, se quiserem... Eu volto se precisar. Também posso disponibilizar depois a nossa posição em títulos, títulos públicos. Acho que foi a decisão mais acertada que teve a Diretoria, na minha gestão, e os diretores que lá estão ainda hoje: nós tínhamos que nos concentrar, a partir de 2013, na compra de títulos públicos. E aqui o Presidente já tem em mãos o que nós temos. Só para lembrar aos senhores que, no Plano BD, que é o nosso plano com maior problema, que é o plano que gera o problema de déficit... Eu entrei em abril de 2012. Nós tínhamos 0,55% de títulos comprados. Quando eu saí agora



em 2 de março... É de títulos públicos, perdão. E, quando eu saí agora em 31 de janeiro, a posição de 31 de janeiro era de 19,56%. Nós saímos de uma posição de 30 milhões para a de 1 bilhão de reais em compras no BD, em que nós compramos menos. Na época, o POSTALIS comprava menos, porque é o que tem menos recurso. É o que está com mais dificuldade financeira. No Plano CV, que é uma mistura, Plano CD, que é Plano de Contribuição Definida, quando eu entrei em 2012, tínhamos 9 milhões e 982 mil, ou seja, 0,69%. E, na minha saída, agora em março, mas com posição de janeiro, em títulos públicos, nós tínhamos 54,46%. Nós saímos de 9 milhões para 1 bilhão e 913 milhões de reais em títulos públicos, o que já possibilitou fecharmos 2015, no Plano POSTALPREV, com superávit de 6 milhões. Então, eu acho que essa foi a política mais acertada, porque estávamos, na época, eu estando lá ainda, olhando para o futuro, colocando um colchão de liquidez. Fecho com duas informações. Há uns 20 dias, o garoto da tesouraria foi pegar a minha assinatura pra compra de títulos pra 2024, 7,21%. Nós estamos trabalhando com uma meta atuarial de 5,5%. E pra 2050, 7,34%. Ou seja, as janelas ainda de título público estão muito atraentes. Então, enquanto tivermos dinheiro, principalmente, enquanto o POSTALIS tiver dinheiro, tenho certeza de que a própria nova diretoria, o novo Presidente, vai continuar com essa mesma política. E quero deixar, por último, realmente bem claro. Fizemos a escolha mais conservadora na compra do título, que é comprar o título na curva, marcado à curva. Ou seja, quem quiser vender título público vai ter que ir à PREVIC pegar autorização, vai ter que ter uma explicação muito razoável para poder vendê-lo. Eu me coloco à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obrigado pelos seus esclarecimentos, Sr. Conquista.

Só tenho uma dúvida: nesse Plano CV, que é o POSTALPREV, você está superavitário, é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O déficit está concentrado no Plano BD?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - BD.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Esse desconto de 16% no contracheque do aposentado para equacionamento será exclusivamente no Plano BD? É isso? Ou será distribuído por todos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É só no BD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você sabe me dizer, em termos de número, quantos estão no BD e quantos no POSTALPREV?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eles estão nos dois. Agora, estou sem esse número aqui, mas eu posso tentar conseguir e mandar pro senhor. Até na apresentação de agosto, eu o tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Veja se, de repente, o localiza durante a entrevista. Seria importante para a gente. Você tem uma assessoria ainda ativa aqui.

Passo a palavra ao Deputado Sergio Souza para seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Vice-Presidente Paulo Teixeira, caros colegas, consultores, assessores, os beneficiários dos fundos de pensão, Sr. Antonio Carlos Conquista, ex-Presidente do POSTALIS, Sr. Sandro Silva, seu advogado. Sr. Conquista, esta CPI está chegando ao seu fim. A previsão é para meados de abril. Mas nem tudo nós vamos conseguir trazer a termo. Nós dizíamos isso já no início dos trabalhos. Um único fundo de pensão acaba contratando uma empresa de auditoria, que passa o ano inteiro lá dentro e, às vezes, não consegue... Imagine a gente aqui, apesar da competência da nossa consultoria, da nossa assessoria. Mas muita coisa vai ficar... E nós procuramos nos deter em alguns pontos, aqueles que tomaram conta do noticiário, aqueles que os beneficiários, através de suas entidades, trouxeram notícia a esta CPI. O fundo de pensão POSTALIS é o que tem nos dado mais trabalho. A consultoria sabe muito bem, bem como o Presidente e os membros desta Comissão, de que nós acabamos elegendo alguns pontos de investigação, e a grande maioria deles está no POSTALIS. Dentro do espaço da oitiva de V.Sa., há alguns meses e hoje, muito andou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, inclusive com diligências externas ocorridas recentemente e algumas audiências internas, como a ocorrida recentemente entre o POSTALIS e o BNY, para tentar ajudar. Não é de competência da CPI homologar nenhum tipo de acordo, mas é obrigação dos representantes da



sociedade brasileira e, por consequência, dos beneficiários e também das entidades que estão relacionadas aos beneficiários, os Correios, os bancos, a PETROS, a PETROBRAS e nossa obrigação também, como representante desses todos, tentar promover uma solução.

Vou começar por aí. Primeiro, eu gostaria de entender o seguinte: qual é o capital do POSTALIS hoje? Quanto o POSTALIS tem de patrimônio hoje?

O senhor pode ir respondendo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perto de 8 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perto de 8.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perto de 8 milhões de reais.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perfeito. Esse é o capital, envolvendo tanto o Plano BD quanto o CV — não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto tem no BD?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas ao senhor. Eu não trouxe esses dados aqui comigo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse da planilha não é o número correto?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, esse aqui é em título. O valor é em patrimônio, não é?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse aqui é só título público, não é?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É por volta de 6 ou mais. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Esse valor de 2.920 corresponde a quantos por cento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A 33%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, 33 vezes 3 dão alguma coisa próxima a 6 bilhões no BD e em torno de 2 bilhões no CV.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ou um pouquinho mais.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O CV é superavitário. Por que razão o CV é superavitário?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bom, na época em que nós estávamos lá, é porque ele tinha menos compra de FIPs. Os nossos problemas do BD vêm desde 2008, o POSTALPREV. Então, ele tinha menos compra de títulos privados. Então, ele conseguiu... Porque tinha uma questão de cota, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O CV é um plano mais novo — não é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, e você... Perdão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O BD é um plano em extinção.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Já está extinto desde 2008.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, quer dizer o seguinte...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Fechado, não é? Fechado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, ele é em extinção, porque tem beneficiários lá.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, mas ele já não tem mais aporte.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele não tem mais aporte. Somente tem...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Só no Plano CV, isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, na verdade, o BD tem uma carga de aposentados grandes?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mais de 20 mil pessoas hoje...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o CV quantos tem?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Penso que tenha por volta de umas 16 mil. Eu não tenho esses números...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Números próximos — é isso? Vinte mil, 16 mil são números aproximados.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É porque nos Correios os funcionários ainda ficam muito tempo na ativa, mesmo depois de aposentados pelo INSS.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Veja só, eu estou dizendo aposentados no BD e aposentados no CV. Há em torno de 16 mil aposentados no CV e 20 mil no BD — é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer o seguinte: que o CV é um plano que só tem 2 bilhões, tem 16 mil aposentados e está dando superávit, enquanto o BD tem 20 mil aposentados e está dando déficit.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual foi o déficit?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Porque a concentração das compras de *performance* foram todas para o BD.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos chegar lá.

Qual foi o déficit no ano de 2015 do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O déficit?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pela informação que o nosso atuário me passou, porque eu já estou fora de lá, ele já estava com mais de 6 bilhões, por causa da questão...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o senhor está fora de lá há uma semana. O senhor tem essa memória.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, é que eu não tinha os números finais ainda.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, eu não tinha... Porque, como não entrou o equacionamento no ano passado, nós tínhamos 5,6. A não entrada do déficit, a contribuição extraordinária faz rodar também por volta de uns 600 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aproximado, então?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, por volta de uns 6 bilhões nós já estávamos com déficit para o ano de 2015.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Seis bilhões de déficit?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mais de 6 bilhões. Eu queria achar aqui, porque ele passou por *e-mail*. Eu não vou conseguir agora, rapidamente, passar para o senhor, mas eram mais de 6 bilhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, quer dizer o seguinte: o POSTALIS é um instituto de pensão, de previdência privada complementar dos Correios, tem um patrimônio em torno de 8 bilhões e hoje, se fosse para sanar os aposentados que estão aí, faltariam ainda 6 bilhões. É esse o déficit? É o que falta?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A gente poderia entender... Números frios, não é? Como nós vamos ter muitos anos ainda pela frente, você recupera isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A PETROS tem um patrimônio de 69, 70 bilhões...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E apresentou aqui um déficit de 17, se não me engano, na semana passada.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso gira em torno de 25% do seu patrimônio.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós estamos dizendo aqui que 80% do patrimônio do POSTALIS hoje é déficit.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - No BD.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não. Ah, porque aqui no outro não tem déficit, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso mesmo. No BD.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k.

Mas, então, se tem 6 bilhões de déficit e tem 6 bilhões de patrimônio, está zerado.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deve ter um pouco mais, Deputado.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem, em números aproximados.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É o que eu disse ao senhor: em números frios, seria essa a lógica do raciocínio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - São 9, na verdade, são 9. Mas, assim, você tem o prazo... As coisas no fundo de pensão ainda vão correr por muitos anos, então você tem a possibilidade da recuperação no meio do caminho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Conquista, então, feita essa introdução, para nós entendermos o que é cada um desses fundos e quem deve, quem está levando superávit, quando do depoimento de V.Sa. a esta CPI, no primeiro depoimento, V.Sa. colocou muito a responsabilidade na gestão anterior. O que nós percebemos nas investigações é que, neste período que V.Sa. ficou à frente do POSTALIS, por 4 anos, mais ou menos, a totalidade ou quase a totalidade desses Fundos de Investimentos em Participações, os FIPs, continuaram. E a pergunta que eu faço a V.Sa. é: qual atitude com relação aos fundos — nós já vamos chegar ao BNY — que o POSTALIS tomou para estancar esse prejuízo? Porque havia algum prejuízo já aparente lá em 2012, quando V.Sa. assumiu. E, de lá para cá, qual foi a atitude tomada pelo POSTALIS para estancar esses prejuízos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado, é aquilo que eu já disse para o senhor, quando nós viemos aqui da primeira vez: a partir do momento em que nós temos o problema no papel, o papel não “performa”, e ele começa... Ou entra em *default*... Nós temos uma regrinha para começar a lançar *default*, nós temos a obrigação de buscar as nossas garantias, as negociações começam a acontecer — está certo? —, na tentativa da reversão dessa parada do pagamento. Na verdade, é isso porque, quando o empresário deixa de pagar, nós temos que buscar, num primeiro momento, a negociação. Isso sempre foi feito, até hoje é feito. E, quando você não consegue sucesso nessa negociação, o que você faz? Você judicializa. Eu disse aos senhores aqui, à época que vim, que acho que hoje mais de 90% desses nossos problemas de fundos estão judicializados, ou seja, nós estamos na fase da busca das garantias.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas com relação aos fundos de investimento, vamos pegar um caso concreto aqui: BVA.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - BVA: o POSTALIS, no final de 2012, lá no FIC Serengeti, fez um investimento, um aporte aproximado ali de 50 milhões de reais. Quem tomou essa decisão da compra e quem indicou BVA? Porque, poucos meses depois — nem dá 1 mês, mas semanas depois —, o BVA foi objeto de intervenção pelo Banco Central. Então qual foi a ação montada neste caso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, neste caso em particular que o senhor tem aí, ele foi comprado pelo Fundo Mellon — está certo?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós não tivemos a participação, nós do POSTALIS não tivemos a participação. Inclusive, nesse caso, parece que tem troca de gestores. A gente sabe que já estava na minha época, já tinha troca de gestores, agora no final do ano, para cobrança dos valores. Um dos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem, mas olha, eu sei que foi o BNY Mellon, Sr. Antonio Conquista, mas veja só: o senhor assumiu em 2012, em 2012, comprou, o Mellon comprou, gerou um prejuízo de 100% ainda em 2012, ou de aproximadamente isso, e o que foi feito pelo POSTALIS de lá até agora?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bom, primeiro que o Sandro me lembrou de uma coisa importante: nós trouxemos... A maioria das coisas que estavam no Mellon nós trouxemos para dentro do POSTALIS para acabarmos com essa questão das aranhas — não é? Tinha um FIC aqui em cima e uma série de perninhas, com uma série de fundos; nós trouxemos isso para dentro, com uma economia de...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Administração.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - ...taxa de administração — está certo? — e de um controle melhor daquilo que a gente precisava saber do que tinha lá. No caso do BVA, em particular, como os outros, eu disse aos senhores: nós estamos já buscando as garantias porque ali é um papel estruturado dentro do Banco, aí você vai buscar as garantias e tem pagamentos já. Mesmo sob intervenção, continuaram a cair os pagamentos sobre as garantias que estavam lá previstas quando foram feitos os papéis. Isso era o que nós estávamos fazendo. Agora, eu falei para o senhor: no final do ano passado, houve uma troca de gestor, porque o gestor que estava lá parece que não estava atuante, e aí todos os cotistas



nesse fundo trocaram. E, para que pudesse ter um pouco mais de agilidade para que esses recursos voltassem o mais rápido possível para os seus cotistas, no caso, o POSTALIS também concordou com essa mudança porque era benéfica para nós. Então as nossas iniciativas, nos casos em que aparece o *default*, é buscar aquilo que nós temos previsto no regulamento da negociação, a Justiça; no caso dele, as garantias.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor está chamando a atenção para um ponto que já foi levantado algumas vezes aqui na CPI. O senhor chamou de “aranha”, e nós chamamos aqui de “cascata”, que é o sobretaxamento sobre investimentos. Eu tenho um fundo de investimento e, dentro da carteira dele, eu tenho outros fundos e assim vai. Nós já vimos, inclusive, até terceiro ou quarto níveis aqui. Com relação a isso, quando o senhor assumiu, já existia o contrato com o BNY — certo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Já.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor promoveu alguma ação para investigar esse contrato, se estava sendo, de certa forma, executado regularmente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Nós não tínhamos essa... Pelo menos na Diretoria Executiva, Deputado, à época, nós não o fizemos, porque até então nós estávamos com todas as, as — como é que se diz? —, os nossos problemas ainda não haviam surgido, não é? Quando eles foram surgindo, é que nós fomos tomando as nossas iniciativas. Particularmente, quando, em agosto de 2012, saiu a primeira notícia sobre a questão da corretagem lá da SEC americana, nós já procuramos advogados, contratamos advogados, procuramos nos reiterar do processo que foi construindo, no final de 2014, a ação contra o FIDEX. Mas, até aquele instante, que eu entendo, nós não tínhamos problemas claros com relação ao BNY Mellon.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois é. Dentro desse tema da Atlântica, do Fundo, do FIDEX, a informação que nós temos é de que o... Há duas situações importantes ali. Ainda dentro do efeito cascata, a carteira terceirizada do POSTALIS deveria remunerar o BNY em 0,05% do valor da carteira.

Então, você calcula qualquer coisa em torno de 5 bilhões sobre a carteira do BNY. E abaixo do BNY, ele tinha os fundos de investimentos que, no caso do FIC-



FIDC, que é o da Atlântica — o caso famoso do Fabrizio —, uma subcontratação aliada de 0,4 a 4,45 o percentual de taxa. Não sei quanto foi de mínima e de máxima aqui. Abaixo desse, havia outro que era o Atlântica Real, que tinha mais 0,30.

Então, o senhor veja que havia aqui toda uma cascata. E aí veja a minha pergunta. O órgão regulador americano, quando verificou a fraude, foi por um acidente, num trabalho de rotina. E foi lá na questão de compra de títulos por um valor, que era o valor pago à Latam. Era quem comprava. Comprou, por exemplo, aqui da Real. O Fundo Real comprou um por 3,7 milhões e o vendeu por 6 milhões de dólares, questão de 2 dias depois. Assim foi e gerou rapidamente um prejuízo de 16 milhões de dólares.

Mas isso foi lá em 2011, se eu não me engano, em 2012. E a CVM veio a ser chamada a atenção, na sequência, e depois o POSTALIS. Passaram-se 4 anos, para quando o POSTALIS foi, de fato, intentar uma ação. E, na sequência, veio a questão dos títulos da Venezuela e da Argentina, o que gerou um prejuízo de mais de 79 milhões de dólares. Isso já foi também lá nos meses do final de 2011.

Eu pergunto o seguinte: não estava muito claro o envolvimento do BNY nesse período? Passaram-se anos para o POSTALIS tomar uma atitude. Tomou-a recentemente. E de lá para cá, não é essa a maior razão do déficit? O senhor disse, agora há pouco, em seu depoimento: o problema é que esse aqui investe menos em FIPs, o outro que é o BD investia muito em FIPs. E por que o POSTALIS não fez nada nesse período?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deixa só de novo eu lembrar ao senhor o que eu já fiz também na passagem aqui em agosto. A questão da corretagem, Deputado e senhores participantes da Comissão, nunca chegou aos cofres do POSTALIS. Houve só um levantamento pela SEC do desvio do recurso feito lá pelo Fabrizio, mas isso, oficialmente, aos cofres do POSTALIS nunca chegou. Nós não tivemos nenhum lançamento a provisionamento ou a prejuízo desses valores apontados, que, na época, eram 48 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em alguns dos anos, de 2012, quando V.Sa. tomou posse, até 2016...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em algum momento deu superávit esses fundos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o POSTALIS nunca foi lá verificar a razão disso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, eu estou dizendo para o senhor com relação ao que o senhor me disse. Havia esse desvio apontado pela SEC, esses não apareceram para nós como um prejuízo, eles não vieram para dentro do nosso déficit, eles não colaboraram com o nosso déficit — está certo? — por sorte. O que nós tivemos que tomar ação — e aí parece que só se levou 4 anos depois para entrar com uma ação, ou 3 anos depois, e não foi isso — foi a questão do FIDEX, quando houve a troca dos títulos, que nós, a revelia, ficamos sabendo que o gestor havia trocado. E quando o Mellon, no final do ano de 2014, reprecifica esses títulos, nós entramos com uma ação. Ou seja, eu penso, Deputado, se o senhor me permite, que a gestão foi extremamente atuante na medida dos problemas acontecidos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela fez um novo preço ou ela trouxe para 51,48%, em agosto de 2014. Quanto era antes isso em valores? O senhor lembra ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em agosto de 2014, ela está dizendo que o Fundo Brasil Sovereign II sofreu um impacto negativo de 51,48%. Aqui, pelas razões do prejuízo causado na Atlântica, num investimento de operação em 15/12/2011, que comprou e vendeu no dia 20 — aí há uma confusão de datas, inclusive —, que gerou um prejuízo de 32 milhões de dólares de imediato e, depois, um outro, no dia 14/12 e 19/12, também em questão de dias, gerando um prejuízo de 46 milhões de dólares, um total de 79 milhões de dólares. Aí o BNY faz essa atualização e joga um prejuízo de 51,48%. A minha pergunta é a seguinte: quanto é que de fato investiu o POSTALIS nesse fundo? Quanto ele colocou lá?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Trezentos e setenta milhões, à época. Entre 2005 e 2008, 370 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Trezentos e setenta milhões de reais?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Trezentos e setenta milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Trezentos e setenta milhões. E o quanto tem hoje lá? Quanto é avaliado isso hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Agora, com essa valorização do dólar, eu não saberia dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas é em reais ou é em dólares?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, tem toda uma valorização de cotas. Aí poderia pedir para a assessoria lá da Diretoria Financeira do POSTALIS mandar para o senhor. Eu não tenho esse número aqui. Mas eu quero dizer ao senhor: a nossa ação se deu quando houve a reprecificação por parte do Mellon, ele jogou para baixo os valores que a gente tinha, ou seja, ele nos deu prejuízo, tanto que esse valor de 193 milhões num primeiro momento e depois mais 70 milhões, que dá por volta de 250 milhões hoje, que estão em caução, esses valores estão inclusive no nosso déficit.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor pode nos explicar como é esse contrato com o Mellon? A impressão que nos dá é que o POSTALIS, os seus dirigentes, os seus gestores, os seus administradores, os seus conselheiros não têm responsabilidade sobre nada disso, essa é a impressão que temos quando começamos a ouvi-lo e que a responsabilidade é toda do BNY. O que dizia o contrato do BNY?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado, por isso que eu disse que a nossa ação, neste momento, ainda hoje ela é vencedora nesse sentido, porque, quando o Mellon — e eu não estava lá — entrou no POSTALIS, oferecendo os seus serviços, disse o seguinte: *“Eu quero fazer a gestão dos seus recursos”*. E, para isso, sentou-se e estabeleceu-se um contrato...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor concordou com isso quando assumiu, porque não fez nenhuma ação para rescindir esse contrato.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É porque não tinha problema nessa época, nós não tínhamos, estava vivendo a vida normal do POSTALIS com o Mellon, nós não tínhamos nenhum problema ainda aparecendo.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o noticiário dá, há muito tempo, alguns problemas no fundo de investimento que eram sob a gestão do BNY.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, mas de novo peço permissão ao senhor: eu reitero, assim que nós tivemos o problema da reprecificação, nós entramos com uma ação. Nós não titubeamos, nós não tínhamos nada com o Mellon até essa data.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E esse contrato, como ele é? Ele é de gestão, fiduciário?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. E o contrato era um contrato benéfico nesse sentido para o POSTALIS, porque ele dizia o seguinte: *“Eu vou ficar tomando conta disso tudo”* — está certo? É um mandato discricionário. Eu acho que os senhores sabem, o mandato discricionário vai para um terceirizado, o terceirizado pode fazer as coisas dentro do fundo, é óbvio que o POSTALIS também tem que ter conhecimento, mas ele tem esse poder da compra, da venda — está certo? — de cuidar do gestor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem era o custodiante dessa operação mesmo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - No FIDEX, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só um parêntese para ajudar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro, claro.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não lhe parece de uma fragilidade monumental? Em um dos maiores bancos do mundo, havia a figura de um custodiante, que também não deve ser de segunda linha, e, de repente, o dinheiro dos aposentados e pensionistas está lá, mobilizado num fundo de títulos que tem regras claras e um contrato. Um aventureiro do mercado — não sei como é que foi selecionado pela POSTALIS; e eu gostaria de ouvir a sua versão, a sua visão, porque não é do seu período — vai lá, troca títulos brasileiros por títulos de dívida argentina e venezuelana, e nem uma criança que entendesse um pouquinho de economia compraria esses títulos, e ninguém percebe? É um dos maiores bancos do mundo. O custodiante é que deveria acusar para alguém ou para o POSTALIS.



Como é que se explica isso? Porque é inacreditável, é inacreditável, é estarrecedor. Como é que o senhor explica isso? (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu posso responder?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pode.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, eu preciso reiterar várias vezes essa minha resposta, porque essa é a resposta única que eu posso dar aos senhores. A partir do momento em que o Mellon, à revelia, o gestor...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Estava dizendo do contrato, só me permita encerrar essa questão do contrato. Então, o contrato. Ele entra lá dentro e fala: "*Quero fazer a gestão dos seus recursos com exclusividade. E, para isso digo a você: tudo o que acontecer com o terceirizado que estiver aqui sob a minha alçada, se ele fizer alguma coisa que trazer prejuízo ao POSTALIS, eu me responsabilizo.*" Está certo? Está escrito lá, não fui eu quem disse.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Presidente do BNY falou que o Dr. Fabrizio foi selecionado pela Direção do POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Aí eu já não posso responder ao senhor, porque eu não estava. Então, eu só quero... Naquilo que me compete, na época em que eu estava, a partir do momento em que isso... Apareceu a configuração da reprecificação, reprecificou 193 milhões e depois mais 70 milhões, nós entramos imediatamente com uma ação — está certo? E, onde está o nosso subsídio, o nosso apoio? Em cima da cláusula.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o valor das ações propostas pelo POSTALIS em desfavor do BNY?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Trezentos e setenta milhões, possivelmente atualizados entre quase 1 bilhão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Trezentos e setenta milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso à época, dentro do investimento. Os 250 milhões hoje estão condicionados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o valor da causa que vocês deram quanto é? O senhor entrou agora, 1 ano atrás.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, agora eu já estou pensando nas outras aqui, Deputado. As outras três, mais ou menos, uns 300 milhões. Essa da TAG quanto era? *(Pausa.)* Quanto?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, 2,2 bilhões. Deve ter uns mais de 3 bilhões e meio só de causa hoje já de valores apontados na Justiça para recuperação...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Alguma dessas julgadas, despachadas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, ainda não. Só o FIDEX mesmo, já com recursos de agravo aqui no STJ.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O.k. Mas, no FIDEX, a informação que nós tivemos aqui do BNY, quando eles vieram depor recentemente, é de que eles não foram condenados no FIDEX. O que há é uma cautelar. O mérito não foi discutido. Há uma cautelar de bloqueio, que está sendo discutida em agravo no STJ, se derruba ou não...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o mérito ainda não foi discutido?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso o que nós estamos dizendo, portanto, ela é... Na verdade, foi uma tutela, não é? O senhor deve saber e quem é advogado que a tutela é quase uma decisão. O que eu aprendi é que tutela é quase uma decisão. Então, nós estamos muito esperançosos de que isso vá dar definitivamente como recurso para a gente. Tecnicamente, eu peço desculpas ao senhor. Eu não sou advogado, mas é nesse nível que nós estamos no FIDEX.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos em frente. Recentemente, nós fomos — esta CPI diligenciou — lá à Usina Canabrava, do FIP Bioenergia. O POSTALIS investiu lá 28,32%. Esses investimentos se deram na época do senhor ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - A maioria não. Nós temos um...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma parte se deu no tempo do senhor?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, há um investimento feito em... Estou aqui com a ação, com os autos. Eu acho que... Desculpe, está aqui. Feito... Eu não estou com a data, mas foi feito em 2012. Foi feito pelo fundo também, pelo Mellon.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2012. Não foi observado que ultrapassou o limite que pode se investir? Seria de 25%, e vocês investiram 28%.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas foi o Mellon quem fez, Deputado. Ele deveria ter visto isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa parte é que eu não consigo entender. O dinheiro é do POSTALIS, o dinheiro é dos carteiros, é dos aposentados, dos beneficiários. Agora, neste caso, aqui na verdade é dos aposentados e beneficiários no plano já de BD , que está em extinção. Não há novos aportes. O dinheiro vai sendo aplicado, e o POSTALIS não olha se ele está sendo aplicado devidamente, se aquela aplicação está dando retorno? Então, ele entregou essa carteira ao BNY, cruzou os braços e não fez mais nada?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Lá dentro da... Na minha época, também, nós já tínhamos esse controle. Ele é um controle que posso dizer ao senhor que é quase diário.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na questão do investimento feito lá na Canabrava, em 2012, como o senhor disse, nós não tínhamos nenhum problema na Canabrava, como ainda não temos. Nós só tivemos agora, no final do ano passado, a...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Olha, Sr. Conquista, eu vou dizer ao senhor com toda a sinceridade: eu, o Presidente e alguns consultores estivemos lá na Canabrava, e aquilo é uma vergonha. É uma vergonha! Primeiro, quem conhece um pouquinho — um pouquinho que seja — sabe que, para haver produção, tem que ter matéria-prima. Eles não têm matéria-prima, nunca tiveram.

Uma usina que foi construída para moer 1,5 milhão de tonelada moeu, no primeiro ano, 700, 600, 350 e, neste ano, diz que não vai haver 200. E era uma coisa para montar quatro usinas de álcool, açúcar e geração de energia — quatro usinas. Uma até que é em bom estado — nós pudemos atestar isso, pois estivemos



lá —, mas ela está com uma capacidade de 20%. E, olha só, nunca teve. Eu estou falando de anos anteriores. A outra é uma sucata. É uma sucata que foi ofertada num leilão, o segundo maior valor foi de 20 milhões. Foi comprada por 70 e se colocaram mais 65 para reformar — e nada aconteceu. E as outras duas não saíram do papel. E não tem cana na região, não tem nem terra para plantar cana para pôr em tudo lá.

Então, veja, nós fomos lá e, em meia-hora, constatamos tudo isso. Como é que uma entidade do tamanho do POSTALIS, em anos... Isso é um exemplo. Ao ver da relatoria, isso está acontecendo em outros locais também.

Nós vamos chegar a um ponto aqui, Sr. Conquista, em que vai ficar muito difícil, para a relatoria, para esta Comissão, não apontar responsabilidades no caminho. Não é só a responsabilidade de quem está gerindo um fundo, mas também de quem fiscaliza e deveria fiscalizar. Como é que nós vamos fazer isso numa sequência?

Então, por isso, há a oportunidade para o senhor aqui. O senhor é convocado e vem aqui para nos ajudar. Como nós tivemos um trabalho neste período de quase 6 meses de CPI, então, nós estamos caminhando para uma parte final. É bom nós o ouvirmos, novamente, para esclarecer esses pontos. Nós precisamos entender como é que o POSTALIS não conseguia ver algo que era tão claro, minha gente.

E não é só nesse fundo. Nós poderíamos falar aqui, rapidamente, do Cajamar. Todo mundo sabe aqui da questão do terreno. Como se explica? E eu gostaria de ouvir do senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se explica uma empresa chamada Latam — olha a Latam de novo aqui... Eu já fui investigar e vi que a Latam do Fabrizio não tem relação com essa Latam aqui, não. Peço uns minutinhos, Sr. Presidente, para nós concluirmos.

Essa Latam vendeu para o POSTALIS — e aí já estava no seu mandato —, por 194 milhões de reais, o terreno da Cajamar, que tinha acabado de ter sido comprado há poucos meses. Olha, foi no dia 15 de junho. A empresa Piazzano Empreendimentos Imobiliários tinha comprado por 41 milhões e vendeu no dia 21 de setembro. Vamos lá: junho, julho, agosto e setembro — 3 meses depois. Comprou



por 41 e vendeu por 194 — foram 153 milhões de diferença, o que dá 300 e tantos por cento de ágio, em 3 meses.

E o engraçado é que nós fomos verificar — e aí, mais uma vez, eu parablenizo a nossa consultoria, Sr. Presidente — e, no dia 26 de dezembro do ano anterior, foi feita a avaliação por uma empresa chamada CB Richard Ellis para locação do espaço para os Correios.

O senhor veja só: no dia 26 de dezembro de 2011 somente, foi comprada pela empresa Piazzano no mês seguinte, 6 meses depois, e 3 meses depois é que veio o POSTALIS e comprou. Veja que coisa interessante, não é? Eu, POSTALIS, tenho interesse em comprar aquele imóvel para locar para os Correios. Correios, quanto que você me pagaria de aluguel? Pago para você 2 milhões por mês — foi 1 milhão e pouco ali. Há até uma divergência de números. Aí eu não compro. Aí vai lá o Piazzano e compra isso 3 meses antes, por 41 milhões, e vende, 3 meses depois, para mim, por 194 milhões, e eu continuo locando. Eu queria entender isso, se senhor puder nos responder rapidamente.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só... eu só... Havia duas perguntas da Canabrava. Eu insisto. O senhor me disse da Canabrava... Nós temos, óbvio, eu disse ao senhor, nós temos na Diretoria Financeira as gerências que cuidam de todos os investimentos. Elas têm a obrigação de ficar olhando tudo, mesmo dos terceirizados, cobram a *performance*. Isso é quase que diário. Na questão do investimento da Canabrava, ele foi feito pelo fundo. E aí quando o senhor me diz assim: *“Mas foi alocado um valor desenquadrado?”* Aí quem tinha que responder isso para o senhor, infelizmente, tem que ser o Mellon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espere aí. Calma. Calma. Calma. Calma. Eu ouvi a primeira vez e ia deixar para perguntar depois. Peço permissão ao Relator para fazer a intervenção, porque eu ia esperar terminar.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Isso não corresponde à verdade dos fatos, Sr. Conquista. Essa é a grande vantagem de termos trazido o senhor aqui de novo depois das investigações, porque, nas primeiras semanas é assim: *“Em terra de cego, quem tem um olho é rei.”* Chegava-se com as informações, e nós não tínhamos como rebater.



Agora a informação da Consultoria que nós temos é de que no investimento da Canabrava, por exemplo, o senhor disse que foi feito pelo Mellon, mas há nas atas da diretoria a aprovação desses investimentos; ou seja, já era de conhecimento da diretoria — corresponde?

Segundo item: também havia uma parte de investimento do POSTALIS, havia uma parte do investimento na Canabrava que era de carteira própria. Existia uma parte que era pelo fundo, gerida pelo Mellon, mas existiu também uma parte de carteira própria, salvo engano, do multimercado. Era esse? *(Pausa.)*

Em debêntures. Então isso quer dizer que esse é, Relator, dos que nós vimos lá, um dos maiores escândalos, que é você fazer uma aquisição por 64 milhões de uma usina, caindo aos pedaços e ainda gastar 75 com reforma, captados do POSTALIS, no FIP Multimercado.

Então vamos devagar com o andor, porque essa informação também de abrir mão de todas as responsabilidades... A diretoria sabia o que estava acontecendo, tinha assento, como cotista, no conselho para gestão do fundo. Então não adianta dizer que é tudo culpa da Canabrava, é tudo culpa do BNY Mellon, e a Diretoria do POSTALIS é santa, porque nós sabemos que santa ela não foi, ela tinha conhecimento dos pecados que estavam sendo cometidos. *(Palmas.)*

A palavra está com o Relator para concluir, para nós passarmos à participação...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, lembrando que o Presidente do BNY... O senhor desminta então cabalmente: aqui presentes, o ex-Presidente e o atual Presidente dizem que o BNY não tinha nenhum papel na seleção dos investimentos e na avaliação de risco, era simplesmente um operador de determinações externas vindas do POSTALIS. Isso é verdade ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu acho que nem poderia, pela própria CVM, Deputado. O senhor sabe bem, o senhor é do mercado, sabe que não poderia, mas, na verdade, aí é a tese do Mellon, que se defende por causa das nossas ações que nós estamos impetrando contra ele, na responsabilidade que tem. A gente não tem dúvida da falta de fé que teve com os recursos do POSTALIS — está certo? E com relação à Canabrava, Deputado, Sr. Presidente, eu só quero



dizer ao senhor que, na questão da Usina Sol Brasil, esse investimento foi feito na gestão... foi feito pela gestão Mellon. Ele que fez investimento em terceiro nível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas a diretoria se reunia para analisar esse investimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, tanto que é deles lá, eles fazem lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Diretoria do POSTALIS não analisava essas informações? O BNY Mellon não prestava contas dos investimentos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, eu estou dizendo...Eu estou me referindo ao Sol Brasil, que foi a pergunta .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, eu estou me referindo ao Canabrava.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, então, o Canabrava, a maioria dos investimentos foram feitos antes da minha chegada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas na sua gestão...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esperem aí. E quando foram feitos os investimentos no Canabrava que estão sendo citados aqui? Não foi na sua gestão?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu... Só a Sol Brasil aqui que foi feito pelo Mellon. Os outros são antes de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então a sua palavra é que o investimento na Sol Brasil não foi submetido à direção do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, ela foi feita... Ela foi feita pelo Mellon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nem para aprovação a *posteriori*?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. Aqui, olha... Eu posso...Eu dei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, tudo bem. O senhor está sob juramento...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, eu tenho aqui...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor está dando a informação de que não foi submetido. O senhor tem fé de ofício na sua palavra. Nós teremos o documento para contraditar ou corroborar a sua posição no momento adequado.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu só fiz o alerta, porque a informação que a nossa Consultoria tem é de que esses investimentos foram submetidos à apreciação e aprovação do POSTALIS após. O investimento foi feito pelo BNY Mellon, foi sugestão e escolha dele, mas o POSTALIS também avalizou o negócio.

Com a palavra o Relator, para conclusão da sua fala.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sobre...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Cajamar, não é?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ... o Cajamar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado, da outra vez que nós estivemos aqui, em 25 de agosto, eu disse aos senhores que a minha chegada à frente do POSTALIS se dá a partir de 2 de abril. Eu tive como responsabilidade, na Diretoria Executiva, fazermos a aprovação da compra do terreno... Só estou na dúvida do final... Penso que tenha sido no final do mês de abril.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De que ano?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - De 2012. E encaminhamos para o Conselho Deliberativo aprovar, porque era um valor acima de 5%. Quanto à questão do terreno, já me foi perguntado aqui também, na outra vez que eu vim, em 25 de agosto, sobre essas questões pregressas da compra, de que alguém comprou e 3 meses depois comprou por um valor maior. Nós não tínhamos essa informação, porque nós contratamos... Quando fazemos o investimento, há todo um processo de governança a ser obedecido, e um deles é a opinião legal. Eu até disse aos senhores, na época, que quem fez a opinião legal para esse investimento foi o escritório Bocater, que é um dos maiores escritórios de advocacia do Brasil. E ele só trouxe para dentro do POSTALIS um dono, que era a Latam Brasil. Na época, eu lembro que me foi perguntado se não era Latam Estate, alguma coisa assim. E eu disse que não, que nós só tínhamos conhecimento da Latam Brasil, porque é ela



que aparece na escritura, está certo? E era um empreendimento. Então, nós compramos um projeto *built to suit* para os Correios entrarem. E essa também foi a amarração que nós fizemos à época. Portanto...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é o nome do escritório?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Da opinião legal? É Bocater...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Bocartner?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É Bocater: b, o, c, a, t, e, r, alguma coisa assim; Bocater, Camargo, Costa e Silva.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - São os famosos escritórios, não é, Presidente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele que fez a opinião legal para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aqueles em que V.Exa. tanto insiste, Deputado Marcus Vicente. Está certíssimo, sempre com um olhar duvidoso quanto a esses contratos terceirizados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, vamos pedir ao POSTALIS que nos encaminhe a cópia desses contratos, porque a nossa consultoria, nos documentos encaminhados até agora, não conseguiu achar esse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. fala dos contratos terceirizados com o Bocater?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não podemos mais pedir ao Sr. Conquista, que não está mais lá, mas vamos oficializar ao POSTALIS. Eu acredito que pode ser que já esteja...

Uma dúvida sobre esse tema: o seu patrimônio ainda continua bloqueado?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Continua bloqueado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Devido a essa aquisição do...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós achamos que agora, possivelmente para este mês de março, isso se resolva, porque a juíza pediu perícia. Para os senhores terem uma ideia, eu até queria fazer esse registro, porque foi uma denúncia anônima, que disse que o terreno custava R\$ 90 milhões. Nós



estamos tentando oferecer agora para os Correios por R\$ 240 milhões. A perícia, certamente, não vai apontar...

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Só para concluir, o quanto ele vale hoje, Sr. Conquista, é lógico que é importante, porque ele é parte do patrimônio do POSTALIS. Mas a nossa grande questão é: por que um terreno foi comprado a R\$ 41 milhões, 3 meses antes — e já estava na sua gestão —, se as tratativas foram...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não estava.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Estava, porque ele foi adquirido no dia 21 de setembro de 2012. O senhor já era...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, mas isso, quando nós chegamos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não interessa, começaram antes as tratativas. Inclusive, quando a Piazzano adquiriu o terreno, já estava também na sua gestão.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ela adquiriu por R\$ 41 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que o projeto é completo: é terreno e construção.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Russo esteve aqui, o Predtechensky. Como é que se fala o nome dele, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Alexej Predtechensky.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Predtechensky. Ele esteve aqui e disse o seguinte. *“Começou, e, quando eu estava fazendo isso, eu estava tratando por um valor inferior a esse. Quando o Sr. Conquista assumiu, aí, eu não posso responder mais. Mas foi ele que fechou o negócio”*.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu tenho correspondência lá no POSTALIS. Eu não estou com ela aqui, mas tenho correspondência no POSTALIS trocada pelo Alexej à época, por volta de 2011, com os Correios, oferecendo, inclusive passando pelo Conselho Deliberativo, por R\$ 193 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois é.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu nunca coloquei valor...



O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Relator, se V.Exa. permitir, peço só para aditar ao seu requerimento, ao seu pedido, a cópia desse contrato e de outros contratos que possam se remeter também a essa prestação de serviço, ao que foi comprado pelo POSTALIS, e ao caso da Canabrava, por favor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, eu vou fazer uma última pergunta, e bem genérica, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por favor, peço que conclua.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Havia mais dois casos além do caso do Galileo, que está aqui. Eu tenho também o caso da Multiner e o caso do Trendbank. Mas todos eles têm um *modus operandi* muito parecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Sub-Relator Marcus Pestana, para colaborar, disse que vai...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - *(Riso.)* Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, já complementa a sua arguição.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - São todos casos muito parecidos no que se refere ao *modus operandi*. Na grande maioria deles, ou em quase todos, realmente as contratações foram anteriores ao início de sua gestão, e quase todos eles sob o guarda-chuva do Mellon — perfeito.

Mas a minha pergunta, para encerrar — e vou ser repetitivo —, é: por que o POSTALIS não tomou nenhuma atitude? Está bom, estava lá sob a gestão do Mellon, é ele que tem a responsabilização, mas era déficit atrás de déficit, durante 4 anos seguidos, e o POSTALIS não tomar nenhuma atitude? Há casos aqui, com o do Trendbank, que é o maior absurdo que pode existir!

O Presidente fundador do Trendbank esteve aqui e mentiu para todo mundo descaradamente. É um absurdo! O cara era dono de uma *factoring*, trocava nota promissória, cheque sem fundo lá na *factoring* dele. Ele não tinha mais dinheiro para trocar, um banco para garantir, e pegou o dinheiro do fundo de pensão. Daí, chegou um momento em que, para girar tão rápido, ele não tinha nem o trabalho de assinar as promissórias. Como é não viam isso tudo? E acabou o dinheiro dos fundos de pensão.



Então, isso tudo — eu vou repetir aqui — vai estar no relatório. O relatório já está bem adiantado. Como é que nós não vamos — é a oportunidade que o senhor tem — responsabilizar também os gestores dos fundos de pensão e os seus administradores como um todo? Como é que nós não vamos apontar a responsabilidade deles? Nós vamos apontar, claro, o do BNY e provavelmente os gestores dos fundos de investimento. E a negligência? É o mínimo, não é verdade? *(Palmas na plateia.)*

Esta é a oportunidade que o senhor tem, Sr. Conquista, e deixo como última pergunta a V.Sa.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado, deixe-me tentar aproveitar para ver se eu consigo explicar. O que nós estamos... O que o senhor me disse sempre é o lapso do tempo. Parece que demoraram 4 anos para tomar alguma iniciativa. Isso não aconteceu, pelo menos na nossa gestão, não. Na minha gestão, não, juntamente com a diretoria. Toda vez que nós tivemos um problema evidenciado na nossa frente, nós tomamos a iniciativa de procurar preservar os interesses do POSTALIS, particularmente na questão do Galileo. A partir do momento em que o MEC tira a exploração da Faculdade de Medicina do Galileo, e era dali que vinham os nossos recebíveis, imediatamente nós entramos com ação de antecipação, liquidação antecipada de investimento. Foi esse tipo de iniciativa. No Mellon, a mesma coisa. Na questão do Mellon, em particular, faz sempre bem lembrar, eu já disse isso aqui, acho que eu disse aos senhores. Alguém me perguntou, e eu disse que se usou a parcimônia necessária para não ter uma ação de, como se diz, sucumbência de uma ação mal formulada e que tomar uma sucumbência de uma ação muito grande viria realmente a bater como prejuízo dentro do fundo. O que nós fomos fazendo? Fomos criando o caldo, para que a nossa tese pudesse ser vencedora. No caso do FIDEX, até neste instante é com tutela, está certo? Registra-se que é uma tutela. Para quem não conhece o mundo jurídico, eu aprendi isso agora no decorrer do caminho, tutela é muito próximo de uma decisão. Já é uma coisa muito melhor do que só uma possível liminar. Então, assim, nós tomamos iniciativa. Do Trendbank, até onde eu conheço também, Deputado, os gestores mesmos tiraram o Trendbank do negócio, porque perceberam que estava sendo lesado, está certo? Nós tomamos as iniciativas de



defesa. Agora, não tinha jeito, porque, quando para o processo entra em *default*, nós temos de provisionar, e aí entra no déficit. Mas na gestão, pelo menos na minha, até 2 de março agora de 2016, desde 2 de abril de 2012, todas as iniciativas foram imediatamente tomadas, não imediatamente tomadas no caso do Mellon em particular, porque tinha que se construir uma tese que fosse benéfica, contundente, a nosso favor. E, como está sendo o FIDE... E eu acho que vai ser também nas outras, porque tem que ficar bem claro para todo mundo que, na questão do Mellon, ele tem a fidúcia, e não fez a fidúcia, está certo? Ele não cuidou da fidúcia. O contrato é muito claro nesse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sub-Relator Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros desta CPI, Dr. Antonio Carlos Conquista, eu queria, na mesma linha de inquirição do nosso Relator, aprofundar o tema um pouco, mas rapidamente quero acentuar, realçar, que esta CPI caminha para o desfecho, e nós selecionarmos quatro grandes fundos. Nós caminhamos para o desfecho dos trabalhos, e certamente vamos parar no meio do caminho, porque as quebras de sigilo, as acareações poderiam clarear mais. Selecionamos quatro fundos; há vários fundos menores com grandes problemas e distorções proporcionais, mas houve uma opção de investigar esses quatro.

Nós percebemos a PREVI mais blindada, mais profissionalizada. Foram duas grandes crises nada superficiais na PETROS e na FUNCEF, com operações também muito problemáticas, e há uma verdadeira tragédia, que é o POSTALIS. (*Palmas na plateia.*) Proporcionalmente ao patrimônio, o déficit é o mais expressivo. Na verdade, ele está insolvente. Se não houver nenhuma solução de médio e longo prazos, se a economia não fizer um grande milagre, o POSTALIS está numa situação de quase insolvência.

Lá em Minas, nós falamos que jabuti não sobe em árvore: “*Se jabuti está na árvore, ou é enchente ou mão de gente*”. E o que me consta é que não choveu abundantemente na sede desses fundos. Então, uma coisa é a crise econômica; outra coisa são investimentos temerários, inexplicáveis, sem consistência, sem nenhum rito de governança saudável.



Com uma coisa o senhor há de concordar. O senhor tem experiência, já estive na PETROS, no POSTALIS e mesmo na GEAP. Nós temos que conceber os fundos como investidores conservadores. Por lidar com o patrimônio dos outros e por ter preocupação com médio e longo prazos, eles têm que aplicar em título público ou em *blue chips*. Uma coisa é aplicar na PETROBRAS, na EMBRAER, nos grandes bancos, fazer apostas consistentes.

Já entrando nas questões, eu gostaria que o senhor as anotasse, porque eu só tenho 10 minutos.

O Relator Sérgio já explorou Canabrava, BNY, Cajamar. Vamos nos dar por satisfeitos.

Eu queria que o senhor se detivesse nas questões do Galileo, Multi Trendbank e Serengeti, porque espanta a fragilidade de sua gestão. É uma responsabilidade enorme. São milhões, bilhões de reais dos trabalhadores das nossas principais estatais na mão de uma gestão. O Galileo fez um investimento numa universidade que todos sabiam que tinha problema, e de repente foi feita uma operação de salvamento. Tudo indica — já há várias matérias na imprensa, vazamento de inquéritos que estão em sigilo ainda — que houve grande influência política. Há denúncias muito sérias de tráfico de influência e de intervenção política.

Os recebíveis do curso de Medicina eram uma garantia. Uma universidade que está quase às portas da concordata, da falência, oferecer recebíveis? Quer dizer, quem articulou esse investimento? Com relação à Multi não era a mesma coisa? E quanto ao Trendbank? Seria igual a título brasileiro virar título argentino e venezuelano. Como pode um gestor com essa rede de administradores, de gestores na ponta, de custodiantes, de avaliadores de risco, apostar numa aventura em que os direitos creditícios eram falsificados, inexistentes? É de se espantar. Assim também ocorreu com o Serengeti.

Então, eu queria que o senhor se detivesse nisso. Qual é, à luz dos seus 3 anos e meio lá... São 3 anos e meio, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quase 4 anos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quase 4 anos. Qual é a sua avaliação sobre esses três investimentos: Galileo, Multi Trendbank e Serengeti? O senhor responde depois; agora o senhor anota a pergunta.



A partir daí, eu queria uma avaliação sincera e aberta, porque os dois atores principais eram o ex-Presidente Alexej e o Dr. Adilson Florêncio, que parece que era muito ativo na gestão do POSTALIS. Queria sua opinião, avaliação, sobre a gestão dos dois e o papel dos dois.

Por outro lado, eu queria, de forma clara, cristalina e afirmativa, perguntar se, à luz da sua experiência, olhando o passado e o que o senhor apurou, há influência de Ministros, Senadores e Deputados nessas operações e no funcionamento do POSTALIS. Peço que responda de forma clara e cristalina, porque volta e meia na imprensa se desenha o mapa de influências, inclusive a distribuição de propinas, particularmente em relação ao POSTALIS. Então, qual é o papel de Ministros e Senadores?

Havia gente muito próxima do Galileo. Então, peço que seja muito claro se houve influência, porque eu não acredito... Jabuti não sobe em árvore, alguém o colocou lá.

Especificamente, eu queria que o senhor falasse sobre dois atores: o Vaccari e o Milton Lyra. Nos vários depoimentos colhidos aqui, o ex-tesoureiro do PT marcava entrevistas com dirigentes de fundos, agendava algo, tinha influência. E ele já foi seu consultor. Qual é a ligação? Qual foi o papel que ele teve? Eu queria que o senhor nos lembrasse do tipo de consultoria que ele lhe prestou e qual era a interação, porque é estranho... Um Ministro interagir com um fundo de previdência já é estranho, porque os fundos deveriam ser blindados e ter autonomia, e há sempre notícias de influência de Ministros e autoridades lá nos fundos. Para um tesoureiro de partido e sindicalista, isso fica estranho? Qual é o papel do Dr. Milton Lyra? O que o senhor sabe sobre Milton Lyra? Que papel ele desempenhou nisso tudo?

Outra questão é sobre o repasse da empresa para o POSTALIS, aquela decisão do DEST. Em que altura, ao sair, o senhor deixou o assunto? É de cerca de R\$ 1 bilhão o buraco do déficit. É de R\$ 1 bilhão e 480 milhões, mas em valores atuais... Isso já é atualizado?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Já.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quatrocentos e oitenta...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós colocamos no equacionamento, em 2015, R\$ 1 bilhão e 86 milhões.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ah, porque já foi...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Já, já consta no nosso déficit.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Parece que ele atualizado hoje já é R\$ 1 bilhão e 480 milhões.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - R\$ 1 bilhão e 480 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas eu queria saber claramente como é que o senhor deixou chegar a isso e se o senhor considera que é devido, porque não são os aposentados, os pensionistas e os trabalhadores que têm que arcar com isso. O valor de R\$ 1 bilhão e 400 milhões é aproximadamente 25% do déficit. Na sua saída, quais os investimentos — desses mais mencionados — que já foram lançados como perdas irreversíveis?

Efetivamente — o senhor esteve lá durante 4 anos — que medidas efetivas foram tomadas, além das que já foram mencionadas, em relação aos possíveis responsáveis por essa tragédia, esse desastre que leva a insônia aos trabalhadores dos Correios? Isso vai doer no bolso dos trabalhadores e gera uma insegurança absoluta em relação ao futuro e à sustentabilidade das aposentadorias e pensões.

Seriam essas as questões, Presidente.

Eu gostaria, então, Sr. Antonio, que o senhor passasse por todas elas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É claro. Eu só pediria a gentileza de o senhor me ajudar. Sobre Galileo, eu até tenho aqui... Toda essa correria aqui é para tentar achar os valores investidos e recuperados até a minha saída. O Galileo foi feito em 5 de fevereiro de 2011. Nós investimos R\$ 81 milhões, já tínhamos recuperado na época em que houve a nossa saída o pedido de liquidação antecipado do investimento de R\$ 44 milhões, que já havia retornado para os cofres do POSTALIS. Nós estamos numa ação... Mas, para o senhor ter uma ideia, nós não investimos... O POSTALIS não havia investido no Galileo nessa época em que os problemas estavam acontecendo. O investimento era de 2011, tanto que, quando houve a saída, quando o MEC cassou a possibilidade de a faculdade explorar os cursos de Medicina, que eram a origem dos nossos recebíveis, eles estavam adimplentes conosco, porque as PMTs eram anuais. Então, é até estranho dizer



assim: “Mas vocês não iriam fazer nada?” Em tese, naquele instante, nem poderíamos fazer, porque eles eram adimplentes. Mas é óbvio que, a partir do momento em que nós não tínhamos mais o recebível, nós tínhamos que entrar com a liquidação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor concorda que é uma garantia muito frágil?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É assim...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - *Project finance* é ótimo de falar no discurso, mas nem o BNDES gosta de fazer. Na hora, quer ou fiança bancária ou garantia real.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Assim, o que eu só posso dizer ao senhor, Deputado — permita-me —, um investimento feito antes da minha chegada... Seria leviano da minha parte fazer qualquer outro comentário. Nós tínhamos o quê? A garantia era o recebível, foi perdido o recebível, tivemos que tomar a iniciativa de recuperar o que tinha, o que sobrou de garantia.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O que o senhor apurou teve influência política?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Se ele teve? Eu não tenho o menor...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Teve, na definição. O senhor não...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não tenho conhecimento, eu peço desculpas ao senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está bom. Multiner.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Multiner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre Galileo... Eu vou lhe dar tolerância do tempo. Quanto à questão do Adilson Florêncio ser diretor do Galileo após a saída do POSTALIS, isso não gerou nenhuma estranheza para o senhor, não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Adilson tinha conhecimento disso quando estava no POSTALIS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Adilson saiu...



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - ...de ele fazer parte da estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Adilson ainda fez parte da sua gestão, ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele saiu antes do Alexej?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Antes da minha chegada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor geriu esse investimento do Galileo por um bom tempo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Gerimos, até ele ter problemas. Foi em 2014, se eu não me engano. Agora eu não me lembro, mas acho que foi em 2014 que apareceram os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No Galileo, com quem é que o senhor tinha relacionamento do ponto de vista institucional para acompanhar isso? Quem é que representava o Galileo nos diálogos institucionais com o POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nós não tínhamos — eu, pelo menos, como Presidente — nenhum relacionamento. Ele era um fundo que tinha a sua *performance*, os pagamentos normais. Quando ele teve o problema, nós...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas não havia reuniões de cotistas, alguma coisa desse tipo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, que eu saiba, não. Não sei se nós tínhamos participação no Galileo. Posso saber disso para o senhor depois, mas não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não. Participação o senhor tinha...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, no Galileo, não.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, de gestor não sei se tínhamos assento no Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No Conselho, não, mas, mas nas assembleias, em alguma coisa desse tipo, poderia participar, porque...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Possivelmente alguém do POSTALIS iria, sim, como cotista.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então quer dizer que o senhor desconhece a informação de que o Adilson Florêncio era Diretor do Galileo? Até...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, na minha época, em que eu cheguei... O senhor me perguntou se, quando eu cheguei, eu sabia. Eu não sabia que ele era, eu só fui saber depois nas matérias de revista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Nas matérias, essa é a informação. Só soube depois que a bomba estourou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Eu não tinha essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. O senhor não tinha essa informação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não tinha essa informação — eu, Antonio Carlos Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas que o Adilson era Diretor do POSTALIS o senhor sabia?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E que ele tinha sido contratado para ir lá depois, não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, na minha gestão, não. Sobre... Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E algum Diretor do Galileo, a pessoa que adquiriu depois do Galileo... Houve até uma certa confusão lá entre eles. Deputado Marcus Pestana, como é o nome dele? Sr. Aldenor. O senhor chegou a ter algum diálogo com o Sr. Aldenor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ele esteve no POSTALIS oferecendo um investimento na época, mas não foi para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Que tipo de investimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Era um investimento num terreno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Terreno onde? O senhor se lembra?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Acho que lá na... Acho que era na Barra. Se eu não me engano, era na Barra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - No Rio?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E foi para frente?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só o recebi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espere aí, calma. Então, o senhor recebeu?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, mas não foi... Esse investimento, na minha época, não passou. Ele só ofereceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espere aí. A consultoria disse que se transformou em uma CCI.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não sei se é do mesmo, mas a consultoria vai analisar. A CCI é um investimento de crédito...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu acho que não é na carteira.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ah, então é fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É um fundo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma CCI nesse terreno. Qual o nome do fundo, por favor, Bruno?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Income Value.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso. Deve ser o quarto nível de investimento lá do Mellon mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, mas então foi na carteira do Mellon?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois então, o tal do Adenor nós sabemos que é bastante desenrolado. Quer dizer que, na visita que ele fez, ele fez essa proposta?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, nossa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi recusada pela direção do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Pelo menos quando eu recebi, eu disse a ele. Nós não tínhamos a menor condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas o POSTALIS acabou pagando através do Mellon, da gestão do Mellon?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quer dizer, esse rapaz precisa ser melhor investigado.

Devolvo a palavra ao Dr. Antonio.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Multiner, né?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Multiner, Trendbank e Serengeti.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, Multiner. Eu, assim, particularmente, considero a Multiner um bom investimento, na medida em que quem está hoje na gestão da Multiner — acho que o senhor... eu falei isso aqui na vez passada — é o Grupo Bolognesi, um grupo do Rio Grande do Sul. Quem é do Sul, pode ser que o Deputado Pompeo de Mattos o conheça. Ele é um grupo sério na questão de eólicas e térmicas, está certo? E ele estão... Nós estávamos... O nosso problema do provisionamento, Deputado, é porque o novo proprietário, o Grupo Bolognesi, tinha que vir e aportar. Ele veio e não aportou. Então, nós estamos naquela dança de cadeiras lá de gato e rato para o aporte dele. Ele faz questionamentos sobre como ele tinha que fazer o aporte, é o tal do *closing*, que o senhor possivelmente conhece melhor do que eu. Esse *closing* ainda não existiu para passarmos definitivamente para uma empresa nova. Pode ser até que ela mude de nome. Assim, eu tenho uma expectativa porque tem eólicas trabalhando já, entendeu? Então, assim, eu, particularmente, fui inclusive conselheiro na Multiner, acompanhei aquilo de perto, até a minha saída. Tenho uma expectativa de que aquilo vai dar muito certo e o retorno do investimento vai voltar para dentro do POSTALIS. Disso eu não tenho dúvida, da Multiner, está certo. Mas não foi feito na minha época, só entrei a partir de 2012 já na gestão do Ronaldo Bolognesi.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Trendbank.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Trendbank também, ela é anterior à minha chegada. E aí o que eu disse há pouco, disse para o Deputado Sergio Souza: a partir do momento em que nós tivemos o problema, surgiram os problemas de que havia uma possível falsificação de contratos que eram os recebíveis, dados como garantia. Os fundos se reuniram e entraram com a ação. Nós tínhamos investido R\$ 75 milhões e já recebido R\$ 48 à época da iniciativa na Justiça.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o senhor concorda que há um vácuo de governança: não perceber isso, não auditar. É um fundo de direito creditório, e você não vê a qualidade daquilo que está sendo dado como caução?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, mas...Nós estamos lembrados aqui que um dos réus nesta ação, para o senhor ter uma ideia, é o Santander. Nós estamos entrando com uma ação contra o Santander.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É, o Santander também comete erros.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Isso, mas que eu estou dizendo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Menos que o POSTALIS, não é? *(Manifestação na plateia.)*

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nós não medimos. Nesse sentido nós não tivemos nenhuma outra alternativa que não fosse buscar os interesses. Serengeti, aí, eu queria entender, o Serengeti era um dos fundos da Mellon. São dois fundos: o Serengeti, que é o BD, e o São Bento, do PostalPrev. Aí eu preciso que o senhor me diga exatamente a sua...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, mas qual a avaliação que o senhor faz dessa fragilidade que representou, só no Serengeti, uma perda de R\$ 440 milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, nós... É aquilo que o senhor já...Não quero ser repetitivo e chato, mas é isto: nós estamos com a ação contra o Mellon, está certo? Hoje nós temos mais de R\$ 4 bilhões e meio pedidos na Justiça sobre essa questão da falta de administração do Serengeti. Já trouxemos o São Bento e o Serengeti para dentro, grande parte do Serengeti. Estamos mexendo nas teias, nos níveis, para ver se a gente diminui as taxas de administração. E nós



tivemos aqui no ano passado, em 2015, por volta de quase de R\$ 10 milhões de economia nas taxas de administração. Então, é isso que nós estamos fazendo com relação ao Mellon. Não tem uma outra alternativa que não seja a judicial neste instante.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Depois desses 8 meses de trabalho, fica parecendo que ninguém toma conta de nada. É um jogo de empurra assim. Na legislação nós vamos ter que, talvez precisar muito mais o papel dos dirigentes dos fundos, dos administradores, dos gestores, dos avaliadores de risco, e dos custodiantes.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, é um negócio maluco. E só estoura a corda do lado mais fraco, o dos trabalhadores. (*Palmas na plateia.*)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas na diretoria financeira o senhor tem todo esse controle.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A partir disso, qual a sua avaliação do trabalho do Alexej e do Adilson Florêncio?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, eu peço desculpas. Como eu disse é uma questão das escolhas de investimentos. Como é que eu vou fazer uma análise sobre...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor não tem opinião depois que esteve 4 anos lá?!

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu nem fiz parte da diretoria em conjunto para poder dizer alguma coisa. Peço desculpas ao senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o senhor pegou um fundo quebrado e fez auditorias e procedimentos, e não formou opinião sobre a gestão anterior?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peço desculpas ao senhor. Eu, assim, tentei, a partir do momento em que entrei lá, e a partir do momento que comecei conviver com os problemas, resolvê-los, entendeu, sem nenhum juízo de mérito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E na sua...



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Ministros, Senadores e Deputados, eu posso dizer ao senhor que com relação a mim nenhum, está certo? *(Manifestação na plateia.)* Ministros, Senadores e Deputados. Ministros, o único com que eu tratei assuntos de POSTALIS — eu disse aqui da minha oitiva de 25 de agosto — foi com o Ministro Ricardo Berzoini, quando ele chegou ao Ministério das Comunicações.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim. Mas não tem notícia de nenhuma influência? Então tudo o que era publicado do entorno, por exemplo, do Galileu, de todo o envolvimento político o senhor não...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu também conheço como o senhor, eu estou dizendo em relação a mim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas na...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na gestão do POSTALIS, não. Não tem.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nos processos administrativos internos, auditorias?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, não...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não foi relatado nada pelos funcionários da POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. A única relação que eu tive foi com o Ministro Ricardo Berzoini, que já estava preocupado, tinha colocado o seu Secretário-Executivo à época, que era o Luiz Azevedo, grande parte dos empregados do POSTALIS, dos Correios, os participantes, numa tentativa de a gente achar solução para o equacionamento. Então foi com quem mais eu tratei de assuntos do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tá bom. Vaccari e Milton Lyra.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Milton Lyra, não o conheço, está certo? Não tenho a menor ideia, não sei quem é. Só sei por jornais, mas nunca estive com ele e o Vaccari. Eu disse aqui aos senhores na época que eu não fui me aconselhar com ele. Eu tive conversas no sentido dos dramas que eu vivia e, em particular, esse dos participantes, porque nós já pagávamos 3,94% desde 2012. Começou em 1º de abril de 2013, em 3,94%. O ano de 2013 para nós foi o pior ano,



porque nós fechamos com 5,6%, e já apontava quase que seis vezes mais de contribuição extraordinária. Mas aconselhamento eu não fiz nenhum. A única coisa que nós conversamos foi isso: *“Toca a vida e move ação contra quem precisa”*.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o senhor o procurou para quê?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Só para conversar sobre isso, mais nada. Eu não tinha nenhuma influência.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Por conta de uma relação pessoal, de uma amizade pessoal?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, era só pessoal, pelo problema que nós vivíamos, que nós já conhecíamos essas questões de fundo de pensão, mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Onde se davam esses encontros?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - No PT. Eu já disse da vez passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na direção nacional?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era o senhor quem se deslocava até lá?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu é que me deslocava até lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele ia ao POSTALIS em alguma oportunidade?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foi? Nós temos o registro de entrada? Foi alguma vez?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca foi.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele nunca sugeriu nenhum investimento? Não agendou nenhum investidor com o senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, para mim, não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Na FUNCEF ele fez, mas, com o senhor, não.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Para mim, não, tanto que prova disso, Deputado, os nossos papéis, todos os nossos documentos de investimentos estão todos aqui na CPI já. E o senhor pode ver o volume de título público que nós compramos. Em 2013, nós tínhamos R\$ 9 milhões, eu tenho R\$ 1 bilhão e 200 mil. Fomos só ao título público. Acho que eu disse no começo que foi a nossa melhor decisão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - É um perfil clássico de fundo de pensão. Deveria ser a regra, não a exceção a ser comemorada.

Quanto ao déficit, em que altura ficou a tratativa?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu só ia virar a página. RTCA, eu fiquei com uma expectativa positiva depois que fiquei sabendo da possibilidade de voltar. E parece... O Jackson me disse — o Jackson é nosso companheiro da DICAP, que está ali no fundo — que parece que já está no balanço dos Correios. Eu não tenho essa informação. Se estiver — puxa vida! —, tomara que volte a provisão!

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi provisionado R\$ 1 milhão e 400 mil para pagar a POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, e vai voltar para o balanço. E quero dizer ao senhor que acho que foi uma grande iniciativa da minha gestão, perdão, porque nós entramos com uma ação contra os Correios, pelo RTCA. É justa, mais do que justa. Os participantes não podem pagar essa conta, a conta da RTCA, não; investimento e prejuízo. O senhor me ajude a lembrar...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, quase já estão lançados irreversivelmente como perdas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Por obrigação, acho que todos os que o senhor mencionou estão, mas buscando as garantias. Judicializados estão. A gente pretende que, se não tivermos os 100% de volta, quem sabe um grande valor que chegue perto dos 100% que foram investidos à época. E de governança — perdão — fizemos muito. Eu não queria tomar o espaço dos senhores aqui, mas acho que é importante.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Só a última questão, porque o senhor pode pecar por ação, ou omissão, ou conivência. O senhor esteve 4 anos na gestão. Há indícios claros de irregularidades. Na verdade, brincaram com o



patrimônio dos trabalhadores dos Correios. Quais atitudes o senhor tomou contra isso? Quer dizer, o senhor não quis fazer uma avaliação, um juízo de valor sobre a gestão Alexej/Adilson Florêncio, mas, se o senhor teve 4 anos lá e não tomou providência, o senhor se torna conivente com todos esses erros que forem apurados de agora para frente. Quais foram as atitudes concretas para sanar toda essa tragédia?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bom, a questão da governança, que eu expliquei aqui na primeira vez, que eu passei num PowerPoint, fizemos uma série de mudanças na governança com comitê plural, com quatro representantes, um de cada diretoria. Nós não tínhamos isso, auditoria interna. Nós temos — deixem-me lembrar — gerência de risco, manual de comitê de investimento, manual de gerência de risco, mudança na política de investimento mais conservadora. Mas também só pode ter *rating* das três maiores agências de *rating* do mundo: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. Ou seja, isso afasta os maus investidores. Então, fizemos uma série de coisas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor tem quantos processos judiciais na CVM, PREVIC? Do que isso resultou ao senhor, além do bloqueio do seu patrimônio por conta de Cajamar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na CVM, nós tivemos uma, uma — aí o Sandro vai ter que me ajudar no jurídico aqui, porque eu não sei qual é o termo a que se refere —, na CVM, por causa da Multiner, nós conselheiros, atrás das informações, das publicações de balanço, e aí já foi feito o acordo junto à CVM. Já está resolvido. Em relação a minha gestão na PREVIC, eu tenho seis autos de infração, a que já estou recorrendo, porque grande parte deles foi feita em Fundos. Era como a autuação dada como AETQ. Como se chama o AETQ?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, responsável, porque, dentro do estatuto do POSTALIS, era o Presidente. E, em uma época, eu o fui, entre abril e novembro de 2012.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Obrigado, Presidente.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Estamos na fase de defesa, e eu estou com elas aqui, viu, Presidente. Posso deixar com os senhores aqui depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço. Precisaremos, e já darei por recebido na sequência.

Quero apenas complementar a participação do Deputado Marcus Pestana, quando perguntou sobre os diálogos com agentes políticos. S.Exa. perguntou de Ministros, e o senhor se referiu apenas ao Ministro Ricardo Berzoini. Que tipo de assunto era tratado com ele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Era o déficit do POSTALIS, porque nós já estávamos tratando essas questões de como tentar solucionar, o próprio Ministro tentando, junto ao Governo, uma... Quem sabe, sensibilizar o Governo com relação à RTCE, que estava suspensa naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Algumas linhas de investigação o levaram ao FIPE Global Saúde. Isso **de** alguma forma foi tratado com o Ministro Berzoini?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu só tratei exatamente as questões do equacionamento, tanto que os nossos companheiros participaram de reuniões. O Ministério, através do Ministro e do seu secretário executivo, desencadeou uma série de reuniões com as entidades para a gente começar a colocar no papel aquilo que era uma tentativa de mais rapidez na questão da solução do déficit.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu pergunto se o senhor, na condição de Presidente do POSTALIS, nunca esteve com o Ministro Gabas, o Ministro da Previdência?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Com o Ministro da Previdência, o Gabas, para tratar do POSTALIS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, para tratar do POSTALIS, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E sem ser para tratar do POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu estive na época da GEAP.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na época da GEAP. Na época do POSTALIS o senhor não esteve com ele, não?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. No POSTALIS, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na época da GEAP, qual era a função do Ministro Gabas?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu peguei o Gabas como secretário e como Ministro. Nesse período, eu acho que eu consegui pegar nessas duas partes da... Quando eu cheguei, ele era secretário, em 2009. E eu penso que, em 2010, ele foi Ministro por um período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a sua relação com o Wagner Pinheiro? O senhor ainda a mantém hoje como uma relação próxima?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mantenho. Somos amigos há mais de 25 anos. Então, falamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vocês estiveram juntos na PETROS, não foi?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Estivemos juntos... É, estivemos juntos no BANESPA, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - BANESPA.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E aí PETROS...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - PETROS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E agora, nesses últimos, pelo menos para mim — o Wagner saiu em novembro, penso, em outubro do ano passado —, 3 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O seu nome foi indicação do Wagner Pinheiro.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Wagner Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Daquele indivíduo. Está bem.

Na sequência, nós temos inscritos, pela ordem, os Deputados Pompeo de Mattos, Enio Verri, Marcus Vicente, Samuel Moreira, Leonardo Monteiro, Paulo Teixeira e Erika Kokay e, imagino, o Deputado Raul Jungmann, que se apresenta agora.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Antonio Carlos Conquista, nós já estivemos, outra vez, conversando com o senhor, e esta CPI lhe fez uma série de questionamentos.

Na verdade, o senhor sabe muito mais do que nós sobre a questão do POSTALIS. Nós reconhecemos isto. Mas hoje sabemos muito mais do que sabíamos em relação àquilo que nós lhe perguntamos, porque normalmente quem pergunta sabe a resposta. Se nós não sabemos a resposta, qualquer resposta é resposta. O senhor nos deu outras vezes respostas aqui que não eram, absolutamente, condizentes com a realidade daqueles fatos.

O que me surpreende é que o senhor já tem uma vivência nos Fundos. Eu sou ligado à PREVI — o senhor sabe —, sou do Banco do Brasil. O senhor já esteve na PETROS, no POSTALIS e na GEAP, mas eu destaco a PETROS e o POSTALIS. Pelas informações que nós temos, curiosamente, por onde o senhor passou, houve problemas. (*Palmas na plateia.*) Não sei se é porque o senhor é pé frio ou dá azar, mas a verdade é que a conta fica para os outros. O senhor sai de lá e deixa uma conta, deixa lá um “rabo de tamanduá”, de tão grande.

Se observamos superficialmente as relações com o BNY Mellon, veremos que são problemáticas — milhões em prejuízo. Aliás, eles vieram aqui e lavaram as mãos. Disseram que pode ter uma parte deles, mas que tem uma parte do outro lado. Eles até admitem que pode haver erro deles, mas repartem a responsabilidade.

A questão do Serengeti já foi falada pelo colega Deputado. Cito, ainda, Canabrava, São Bento, Fidex, o que eu chamo de Latam-Piazzano, que é a questão do terreno, Galileo, para lembrar seis ou sete, para não parecer coisa de mentiroso, nem conta de mentiroso. Isso tudo parece uma mentira, não fosse verdade o prejuízo que o POSTALIS tomou, que os funcionários estão tomando e por conta do que estão perdendo as suas aposentadorias, sendo chamados a integralizar valores, a pagar uma conta cuja dívida não lhes cabe e nem lhes pertence. (*Palmas.*)

Eu vou me fixar rapidamente em três casos. Por exemplo, o Canabrava. Já foi falado aqui, mas não é demais repetir. Foi feito ali um investimento de 64 milhões; depois da reforma, mais 70 milhões. Lá se vão 140 milhões de reais. Quem é o culpado desse prejuízo? Dá para quantificar quanto disso é culpa do BNY Mellon,



quanto é culpa da gestão anterior e quanto é sua culpa, sua responsabilidade? Eu tenho visto que cada um lava as mãos e empurra para o outro, quando, na verdade, todos têm um pouco de culpa — uns mais, outros menos. O que cabe ao BNY Mellon, o banco? O que cabe à gestão anterior? E o que cabe à sua gestão, em termos de responsabilidade?

No caso Latam-Piazzano, um terreno que se comprou, num mês, numa transação de pouco mais de 40 milhões, 3 meses depois, 4 meses depois, foi a 194 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado. Vamos lá.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Chamávamos isso, antigamente — hoje já não é tanto —, de negócio da China, um grande negócio. Quase rende mais que roubar, por conta do tamanho da esperteza. Alguém é bobo e alguém é esperto. O esperto pega o bobo. Diz-se que o bobo não pode nada, porque sempre vem um esperto e toma do bobo. Só que, nessa ocasião, não há bobo, mas esperto, porque não acredito que tenham feito um negócio desse tamanho e alguém não tenha levado um... Como é o nome do escritório dos advogados?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bocater.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu acho que é bocado. Eles levaram um bocado disso tudo. (*Risos.*) (*Palmas.*) Não é por acaso e não é engano.

A mesma coisa — e concluo — acontece com a questão do Fidex, de trocar títulos brasileiros. Vá lá que nós não estamos tão bem das pernas, mas não vamos comparar com a Venezuela. Com todo o respeito aos *hermanos*, aos castelhanos, aos *doble chapa*, gaúchos e castelhanos do garrão do País. Eu vivo isso. Trocar algo estável por algo instável... Aliás, nem tem conhecimento.

Qual o tamanho da responsabilidade da gestão que o senhor administrou por 4 anos — o senhor esteve lá 4 anos, praticamente —, da gestão anterior e qual a responsabilidade do BNY Mellon, que também está junto nesse negócio?

Por fim, trago mais duas questões. Eu fiquei impressionado de o senhor dizer que buscou o conselho do Vaccari. De novo, deu pé frio; de novo, deu azar. Ou foi coincidência.

Para terminarmos, o senhor sempre diz — tem dito reiteradas vezes, inclusive na imprensa — que a culpa é da gestão anterior. Mas eu quero que o senhor,



nesses aspectos, quantifique o que é responsabilidade sobre a qual o senhor tem que responder, em função dos prejuízos que o POSTALIS tomou. Do tamanho que está o prejuízo o senhor fica pequeno para poder responder por todos, eu reconheço. Mas nós queremos que cada um assuma a parte que lhe cabe.

Foram anos e anos de lutas para a conquista da aposentadoria. E depois vem um Conquista e tira a aposentadoria. Isso é duro. *(Manifestação na plateia. Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Sr. Conquista para os seus comentários.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado Pompeo de Mattos, eu peço a gentileza, e o senhor me permita discordar, eu não contribuí para a perda de nenhuma aposentadoria. Tenho certeza de que no trabalho feito, ao longo desses 3 anos e 9 meses, nós conseguimos já visualizar ainda não a totalidade de uma garantia de que todas as aposentadorias estarão pagas na época em que o aposentado precisar dela, porque ainda muita coisa nós temos pela frente. Mas nós já fizemos uma série de mudanças, a questão dos investimentos em títulos públicos — isso está aqui já para os senhores depois confirmarem —, esse colchão de liquidez, comprando título público para 2024, a 7,21%, quando eu tenho uma taxa atuarial de 5,5%. Eu trato desse jeito, peço desculpas, mas é uma pancada financeira de retorno para dentro do POSTALIS significativa. Então, isso vai dando cada vez mais certeza de que os participantes do POSTALIS, assim que chegarem à sua época da aposentadoria, vão poder consegui-la e ter esse benefício ao longo da sua aposentadoria e da sua vida. Nesse arrazoado de coisas que o senhor disse, para não ficarmos repetitivos, o senhor disse sobre a minha responsabilidade. Eu quero dizer ao senhor que a minha responsabilidade nisso aqui — já disse ao Deputado Sergio Souza, já disse acho que ao Deputado Marcus Pestana —, que nós, todas as vezes que nos defrontamos com os problemas que afetavam o caixa, particularmente o caixa do POSTALIS, nós tomávamos a iniciativa jurídica, nunca tivemos dúvida disso. Tanto que nós entramos com uma ação contra os Correios. Para ter uma ideia, na minha gestão, entrei com uma ação contra aquele que me indicou para ser presidente, por causa da RTSA, porque acho, e não mudei de opinião de lá para cá, que os participantes não podem ter a RTSA dentro do



equacionamento, dentro do déficit. Então, aí, fizemos isso. A questão do Mellon. Nisso tudo aqui o Mellon é responsável por tudo isso. Por mais que ele venha aqui, Deputado, e diga que não é responsabilidade dele, deixa a Justiça resolver isso por nós, se nós não tivermos nenhum acordo. E eu apelo aqui: que o BYN Mellon continue tentando fazer um acordo conosco.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu fiz esse apelo para eles aqui — não sei se o senhor, depois, assistiu —, e outros colegas também. Mas eu fui veemente com eles e eles consentiram com a possibilidade de a RTSA fazer acordo. Só que eles disseram que, se da parte deles tem erro e é possível repor, recuperar esses erros, também tem do outro lado, e é preciso reconhecer os erros cometidos. E aí?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, mas o senhor, melhor do que eu, sabe que acordo bom é para dois, está certo? Não podemos dizer que o acordo só será bom e benéfico para o POSTALIS. Nesse ponto aí, eu até concordo. Mas o Mellon também tem que ter a boa vontade de se sentar e de dizer exatamente aquilo que ele quer, porque ele diz para a gente assim: *“Eu te ofereço 95 milhões e você me dá a quitação sobre tudo.”* Isso não é acordo, está certo? O que nós fizemos lá de governança, que foi uma coisa extremamente importante, que vai agora — não é uma gestão diretamente minha, mas cuidada pela diretoria do POSTALIS: teremos eleições para diretor agora, no mês de junho. O participante vai ter um diretor dentro do POSTALIS, a partir de junho, na diretoria administrativa e financeira, porque mudaram os nomes lá, e o ano que vem na diretoria de seguridade. Isso é um tremendo ganho. O senhor é da PREVI e sabe disso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A PREVI tem, a FUNCEF tem, a PETROS tem.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Tem!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não entendo como é que o POSTALIS não tinha e ainda não tem até agora. É lamentável. Mas menos mal que Deus é bom. Antes tarde do que nunca.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, nisso tudo, o que eu quero dizer para o senhor, com relação ao terreno, eu já disse ao senhor. Eu já peço, assim, desculpas, perdão. Com relação ao Bocater, nós, assim, não podemos dizer



que o Bocater era responsável por alguma coisa ilegal. Ele não fez. É um escritório contratado para dar a opinião legal. Ou seja, ele fez a pesquisa para dizer para a gente quem era o proprietário do terreno. E nós compramos um empreendimento, nós compramos o terreno e mais a construção. Então, em cima disso tudo, eu quero dizer para o senhor que o melhor disso que nós deixamos foi essa compra de títulos. O senhor não estava aqui, e eu quero fazer ao senhor uma referência. Fiz ao Presidente, ao Relator e à Comissão. Os senhores tiveram papel preponderante na questão da Mellon. Por favor, eu queria registrar, mas o senhor não estava. Puxa, sair de 9 milhões no Plano CV para 1 bilhão e 913 milhões em títulos; e sair, no Plano BD, que tem problema, de 30 milhões para 1 bilhão! E nós não tínhamos dinheiro para comprar! Acho que isso é a marca da minha gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sobre esse tema, Deputado Pompeo de Mattos, poucos têm acompanhado esse tema da discussão entre o BNY Mellon e o POSTALIS como eu e o Relator. E ainda temos tempo hábil para esperar as propostas, de acordo com o que possa surgir.

Dentro da minha opinião muito pessoal, convicção pessoal, seria mais razoável que POSTALIS e BNY pudessem chegar a um acordo no que diz respeito ao FIDEX, porque, no FIDEX, que foi um prejuízo original de 370 milhões de reais — na verdade, um investimento de 370 milhões de reais —, existe uma fraude que é incontroversa. Existe a responsabilidade, que também é incontroversa, porque o contrato é muito claro. O que existe é uma discussão se foi uma responsabilidade originária do BNY Mellon ou uma responsabilidade subsidiária, que, pelo contrato, é solidária. Caberia ao BNY Mellon fazer o acordo, como fez nos Estados Unidos, de 714 milhões de dólares — aqui seria um valor provavelmente menor — e depois ter uma ação de regresso contra quem quer que fosse: fosse o Sr. Fabrizio Neves, que está foragido da Polícia Federal...

Estamos em busca dele. Ele figurou inclusive na lista da INTERPOL. Já mandamos sequestrar um imóvel dele que é um dos mais caros do Brasil, de 14 milhões de dólares. Já descobrimos que ele tem relação de compra e venda de imóvel com o Sr. Milton Lyra. Então, as coisas começam a aparecer.



E, além de ir atrás do Fabrizio Neves, o BNY Mellon também poderia ir atrás do Sr. Alexej, porque também tem aquela questão controversa de um depósito de 1,5 milhão de dólares na conta do ex-Presidente do POSTALIS.

O senhor tem acompanhado essa situação do Alexej?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Do dinheiro depositado. Apareceu?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não tem, não é? Mas, sobre isso, depois a gente fala mais. Indago só para pontuar, porque eu estou querendo pontuar a questão do acordo, até porque tem representantes do BUY Mellon aqui na sala, acompanhando o depoimento do Sr. Conquista. Eu acho que a questão do FIDEX, que é incontroversa e geraria um fluxo de caixa para o POSTALIS, seria um grande gesto que esta CPI saberia reconhecer, mas até agora não teve nenhuma resposta.

A outra conta, que vai até 4 bilhões, isso é subjetivo. Isso depende de uma instrução processual, tem de haver perícia. Cada um tem a sua versão, o que é muito legítimo. Eu acho que, se for nesse todo, dificilmente avançaremos.

Agora, como a gente quer resolver o problema de quem mais precisa, que é o dos aposentados, no mínimo 250 milhões de reais, que já está sequestrado, Relator. Por que eles chegaram a esse valor de 250 milhões de reais? Porque o BNY Mellon já reconheceu, em documento interno. Já reprecificou o investimento de 370 milhões em 120 milhões. Então, a juíza disse: *“Bem, se já reprecificou e disse que, no máximo, o que vocês vão conseguir recuperar dos ativos, se tudo der certo, é 120 milhões, já existe um dano de 250 milhões reconhecido e incontroverso.”* (Palmas.) Por isso eu falo que é incontroverso. (Pausa.)

Por isso é que, na primeira instância do Rio, na segunda instância do Rio e aqui, no STJ, já teve ganho de causa para o POSTALIS. Caberia este gesto do BNY Mellon: fazer esse reconhecimento. Quando não o faz, parece-me que está acreditando na morosidade da Justiça brasileira, e na ineficácia. Porque, infelizmente, quando a gente olha, hoje se diz: *“Se ganha, mas não se leva!”* ou *“Quem vai ver o resultado desse processo são os meus filhos e os meus netos!”*



Essa é a versão popular da ineficácia e da morosidade da nossa Justiça, que precisa ser mais rigorosa em casos como este.

E a CPI vai ser rigorosa, caso haja omissão das duas partes. E vamos distribuir as responsabilidades de acordo com aquilo que a gente encontra.

Perdoem-me ter feito essa pontuação, mas, como este tema do acordo acabou passando em branco, depois da reunião foi uma ótima oportunidade para a gente nivelar a informação com os demais membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sim, vamos seguir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu agradeço a referência. É claro que todos os colegas têm se esforçado, mas eu tenho me esmerado aqui exatamente nessa questão do acordo. Eu acho que tudo isso aqui justifica a ação, a atitude, a angústia, os embates havidos na CPI se nós tivermos efetivamente esse avanço. Eu acho que é possível construí-lo. Ele é necessário. Eu diria mais do que isso: ele é imprescindível e é uma demonstração, assim, de força, de compreensão, de maturidade de ambas as partes, tanto do BNY Mellon, quanto do POSTALIS. Eu acho que é um preço, um valor, uma expressão que esta CPI dará enquanto contribuição, para que a gente possa avançar significativamente, ou seja, é uma resposta pronta e positiva nesse embate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Eu vou me abster de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado Samuel Moreira com a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu vou falar sobre quatro investimentos. O senhor vai me dizer só aquele em que o senhor sacramentou e concretizou o negócio. Canabrava, Galileo, Cajamar e a venda da sede da POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Canabrava... Como eu disse, nenhum deles, não é? Quando eu cheguei, já tinha... Calma aí, eu só preciso pontuar. Grande parte dos investimentos de Canabrava foram feitos antes da minha chegada. Eu vou fazer um registro aqui. Em nenhuma fala minha, eu disse que por



acaso havia dolo no passado ou alguma parecida. Eu só disse, sempre pontuei a questão do meu tempo, a partir da minha chegada. Não tinha como olhar para trás. Então, Canabrava é de 2012 e foi feito pelo fundo até. E na hora que o...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas houve outros investimentos após.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu só tenho o da Usina Só Brasil. Da minha época, é só esse. Eu posso ler aqui para o senhor? Eu queria ler até na hora ali para o Deputado Sergio Souza e não consegui. Foi um investimento de 65 milhões, adquirido através do Fundo Brasil Carbono, que é um terceiro nível de investimentos dentro do Fundo Serengeti, está certo? E o gestor era a Artes e a ASM gestora de recursos e era administrado pelo Mellon. Ou seja, nós, da POSTALIS, não participamos desse investimento.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor chegou a visitar Canabrava?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não cheguei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca foi?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nunca fui. Infelizmente, não fui. O senhor me perguntou de Galileo. Galileo não foi da minha época. É isso que eu tenho responder para o senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor continuou também administrando esses negócios?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor também nunca visitou o Grupo Galileo? Nunca visitou as faculdades?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu morei no Rio, não é? Então, eu conheci as faculdades, porque morei até 2010 no Rio. Mas não conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Cajamar também. O senhor fez a aquisição dos terrenos. O senhor visitou o terreno? Olhou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Cajamar eu conheço muito, porque particularmente a gente ficou muito tempo tratando de Cajamar junto aos CORREIOS sobre todas as necessidades de...



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor visitou o terreno? Foi lá? Fez reunião com os proprietários?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, isso não. Eu só fiz a parte da negociação, a aprovação da Diretoria.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Veja, eu acho isso um defeito. Não é que seja uma qualidade.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Não, sim, é.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu acho um defeito não ter ido, não ter verificado, não ter conhecido o empreendimento. Eu acho um defeito da Diretoria.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, mas eu fui. É isso que eu estava dizendo ao senhor. Eu não fiz a negociação com os proprietários. É isso que eu estava dizendo ao senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Antes de adquirir o terreno, o senhor foi ver o terreno?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Eu só fui a partir do momento em que ele era nosso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quantos milhões?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Cento e noventa e quatro milhões de reais, à época.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o senhor não foi ver o terreno? Comprou o terreno sem vê-lo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu não vi o terreno quando eu o comprei. Só depois.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É isso que eu acho estranho, não é? Cajamar também. O proprietário de Cajamar veio aqui. Ninguém da Diretoria foi visitar a usina.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas é... O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fizeram um investimento sem visitar. Depois, precisaram fazer uma reforma. Então, foram mais 70 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me permite, Deputado?



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu só não compreendo uma diretoria que faz investimentos sem visitar, sem olhar... de tantos milhões de reais.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O investimento foi todo cuidado dentro da governança. Eu só pude passar a conhecê-lo a partir do momento que ele era nosso. Eu não estava no processo da negociação, quando começou o processo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor adquiriu...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Foi o senhor que assinou a aquisição do terreno em Cajamar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. E depois eu passei a tratar diretamente. Fui várias vezes lá.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas como é que assina, faz a compra, como o senhor fez, sem sequer olhar? Porque o senhor já disse que os documentos o senhor não olhou. Então, não quis perguntar de novo. O senhor não se preocupou em olhar os antecedentes do terreno. Há quanto tempo alguém teria adquirido esse terreno? O senhor nem se preocupou com isso. O senhor comprou o terreno como se o dono o tivesse adquirido já há 20, 30 anos. O senhor comprou um terreno de uma pessoa que o tinha adquirido há 4 meses. Está entendendo? Eu acho, assim, uma displicência para quem faz negócio com milhões de reais. Isso não é normal. Tem irresponsabilidades aí, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me perguntou da sede. Eu não vendi a sede.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, eu quero que fique registrado isso. O senhor não vendeu a sede?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não vendi.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas o senhor sabe que havia uma relação do Milton Lyra na questão Galileo com os parentes do Milton Lyra na compra da sede?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não tenho o menor conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas nós falamos disso na vez passada.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, o senhor não...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor sabia que foram parentes do Milton Lyra que adquiriram a sede da POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, só pelos jornais. Não dito por mim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, eu sei. Mas o senhor sabe que ocorreu isso?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim. Pelas notícias de jornal, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que tinha essa relação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Foi tomada alguma providência?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Com relação?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Abriu-se, em função dessas denúncias, algum procedimento administrativo para apurar, verificar?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Essa venda ocorreu em 2010, não é? Então, eu acho que nós não tínhamos mais... Hoje, nós estamos lá. Estávamos não é? Eu não estou mais...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, não foi feito nada? Ninguém...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Nós estávamos lá como locatários agora, não é?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Adilson Florence o senhor conheceu, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Conheci.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Trabalhou com ele?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele trabalhou com o senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Ele saiu antes da minha chegada.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tá. O senhor disse que não tem nenhuma relação com Milton Lyra. O Adilson Florence tinha alguma relação com Milton Lyra? Era do seu conhecimento isso?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não era do seu conhecimento? Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Espere aí. Só responde. O senhor tem que responder ou sim ou não. O senhor tem conhecimento de que o Milton Lyra tinha alguma relação com o Adilson Florence?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo. Não é assim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para concluir, o senhor sabe por que ele saiu. Foi demitido?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Perdão!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Adilson.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O Adilson, demitido?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não sei. O senhor sabe por que ele saiu.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. Ele saiu pelo mandato.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ah, ele tinha um mandato.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É, um mandato. Acho que expirou.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu me senti bastante contemplado com as perguntas do Deputado Marcus Pestana, mas as respostas do senhor...

Sr. Presidente, está tudo, lógico, gravado, muito claro. Mas eu queria registrar com muita contundência a minha indignação. Eu quero que se registre a minha indignação com o comportamento desse tipo de comando de diretoria, que não visita as áreas, que não visita os empreendimentos, que faz investimentos sem o devido cuidado, sem a devida análise, que acaba caindo nisso, nesses prejuízos. São investimentos com prejuízos.

Agora, eu queria — e é mais até uma curiosidade — que o senhor nos dissesse... O senhor relatou que ia às sedes do PT. O senhor é filiado ao PT. Já disse.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu não tenho absolutamente nada contra as pessoas serem filiadas a partido político.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nada contra. Mas eu queria que o senhor dissesse se o senhor já foi outras vezes à sede do PT ou só quando encontrava o Vaccari. Porque o senhor disse que encontrou várias vezes o Vaccari na sede do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, eu fui várias vezes porque nós tínhamos coisas de partido, de militância. Era só.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não tratavam nada de fundo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca. Nunca tratei nada de fundo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor falou que ia lá falar dos seus dramas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não ia falar de investimentos, de fundos. Eu ia falar dos meus problemas, do que nós estamos vivendo no POSTALIS na questão dos participantes.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nos fundos.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Isso, que é um fundo de pensão.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, tratava do fundo POSTALIS.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - O senhor me perguntou se eu fui alguma outra vez à sede. Eu fui, porque tinha encontros de militância lá. É isso que eu queria dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tá. O senhor frequentava a sede do PT.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É isso, como militante.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu queria que o senhor pudesse relatar que tipo de drama, uma história que o senhor possa ter passado a ele e que tipo de aconselhamento ele possa ter-lhe dado, por exemplo.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu posso fazê-lo. E em seguida, eu queria falar um pouquinho de Cajamar de novo por causa do que ficou como uma questão de que eu não fui, não visitei. Eu só queria deixar mais claro o que



aconteceu. Com relação à minha conversa com o João Vaccari, foi sempre no sentido que de eu estava vivendo um drama de reportagens no fim de semana. Elas saiam no jornal, na revista, na rádio. Por exemplo, a questão do FIDEX, que havia sido uma mudança de títulos, comprado títulos. Até uma jornalista, agora, há questão de 20 dias, reafirmou novamente... Nós já tínhamos respondido uma vez a ela quando é que tinha acontecido a troca dos títulos. Ela continua insistindo que foi na minha gestão que tinham sido trocados. E eu disse aqui aos senhores que nós já estamos vivendo 3,94% de déficit, no meu ano de 2014 estava fechando quase 5,6%, ia dar seis vezes mais. A minha única preocupação era assim... A conversa era: como é que vão ficar os participantes, porque nós estamos vindo... Nós sempre fomos criadores inclusive do BANESPREV. De onde a gente vem, do BANESPA, a gente sabe que... Quando tem o déficit, infelizmente a lei obriga a pagar o participante e a patrocinadora. Então, foi essa a conversa que eu tive com o João Vaccari.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas eu queria que o senhor retratasse um pouquinho a conversa, o diálogo, algumas histórias, como é que era.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas eu só tenha essa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E ele dizia o quê?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Que eu continuasse trabalhando, no sentido de tentar recuperar. Foi o que a gente fez o tempo todo, entrando com as ações na Justiça, judicializando quando nós tínhamos o *default*, na questão do FIDEX, a ação contra o Mellon, contra a RTSA, contra a própria patrocinadora. É isso! A minha conduta aqui foi a que eu disse ao Deputado Pompeo de Mattos há pouco, foi de preservar os interesses do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca tratou especificamente de nenhum investimento?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, até porque nós estávamos pesadamente em títulos, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, o.k.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Agora, Cajamar... Eu peço desculpas ao senhor. Se o senhor me permitir, Deputado Marcus Pestana, o senhor me desculpe, só para registrar Cajamar. Em Cajamar, houve todo um processo de



governança, que não é feito pelo Presidente. Ele começa na Diretoria de Investimentos. Ele foi um investimento. Ele era um empreendimento. Ele era um terreno com uma construção em cima, o famoso *built to suit*, em que você faz a construção para o locatário que vai ocupar, está certo? Ele teve a avaliação. Isso tudo chegou para nós em fotos, está certo? Naquele momento, eu não conhecia o terreno, mas passei a conhecê-lo a partir do momento em que todo o processo chegou à Diretoria. Então, ele teve toda a governança estabelecida...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor afirma que a atitude do senhor se restringe apenas à assinatura de aquisição. O senhor não tem responsabilidade nenhuma mais sobre o empreendimento? É isso que o senhor está afirmando?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, é porque nós tínhamos um investimento...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ou o senhor tem responsabilidade? O senhor tem, porque o senhor assinou a aquisição.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, mas era um investimento... Eu acho que foi o melhor investimento que nós fizemos dentro do POSTALIS, porque tínhamos os Correios como locatário e temos, não é? Isso está me defendendo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas estão com os bens bloqueados, com uma denúncia, uma suspeita de uma questão que foi comprada há 6 meses de um proprietário que adquiriu para vender para vocês.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas a minha ação não é assim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Com superfaturamento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, permita-me, a ação é de uma denúncia anônima.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não é possível!

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, é diferente. Mas é isso que eu quero dizer ao senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu lamento.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - E eu passei a conhecer Cajamar, e os visitei várias vezes.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu fico feliz, tão feliz de o senhor não estar com problema! Agora, que o fato ocorreu, ocorreu. Está aqui.

Encerro por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Temos dois inscritos ainda, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Raul Jungmann.

Na sequência, com a palavra a Deputada Erika Kokay. *(Pausa.)*

Perdão! O Deputado Paulo Teixeira está com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Enquanto o Deputado Paulo Teixeira chega ao microfone, quero só falar sobre o BNY, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nós tentamos um contato com os advogados do BNY agora há pouco, para ver se eles tinham uma resposta, porque eles ficaram de nos dar uma resposta até a última semana. Então, a minha assessoria, através de Marcos Stamm, tentou e não conseguiu. Falou com um advogado aqui de Minas e não teve retorno deles. Então, nós vamos aguardar até amanhã. Vamos tentar novamente. E, se não houver nenhuma preocupação para o lado deles... Parece-me que nem consideração com relação à CPI eles estão tendo.

Vou deixar aqui uma pergunta, Sr. Conquista. A questão da Galileo, eu ouvi bastante os meus colegas, ela era carteira própria, certo? *(Pausa.)* Sobre isso nós temos os dados. Era carteira própria a Galileo. E, se era carteira própria, não é contra o BNY que tem que demandar.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Aí seria a demanda contra o ex-gestor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, nós pedimos a liquidação antecipada de investimento contra o gestor, contra a Galileo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Contra a Galileo?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E contra os administradores anteriores da POSTALIS, alguma posição a POSTALIS tomou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, nenhuma ainda.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Obrigado.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Estava esperando para chegar à ação regressiva, se precisarmos. Eu não, a nova Diretoria.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu quero, se puder, fazer uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Eu quero cumprimentar V.Exa., as Sras. e os Srs. Deputados e o Sr. Antonio Carlos Conquista.

Sr. Antonio Carlos Conquista, eu quero fazer cinco perguntas ao senhor, parece que são as questões que estão sendo levantadas aqui, e fazer uma preliminar.

Nós compreendemos que anteriores gestões tiveram problemas de governança. Nós também entendemos que tiveram problemas. E o problema que mais salta aos olhos, digamos, é uma perda do banco BNY Mellon. Eu acho que esta CPI está trabalhando na restituição desses recursos para o POSTALIS. Eu queria perguntar ao senhor o seguinte: foi o senhor quem contratou o BNY Mellon e qual foi a providência que o senhor tomou em relação ao BNY Mellon? Segunda pergunta, quanto a um outro empreendimento complexo — complexo, que eu diria, malfeito — foi o da Canabrava. O senhor foi quem contratou o empreendimento da Canabrava? E qual providência foi tomada?

Uma terceira pergunta é em relação às Faculdades do Rio de Janeiro. O senhor que contratou esse investimento? E quais providências foram tomadas?

Uma quarta pergunta é sobre a compra desse terreno. O Deputado que me antecedeu, Deputado Samuel, alega que o senhor deveria ter visto. A quem caberia ter contratado esse empreendimento, era o senhor mesmo ou, dentro da POSTALIS, tinha outro responsável por essa contratação?

Por último, eu quero fazer a quinta pergunta ao senhor: quais foram as providências de mudança na governança da POSTALIS que o senhor adotou?

Então, são essas cinco perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado, com relação à contratação da Mellon, a Mellon, o contrato remonta a 2008. Depois, ele sofre aditivos, mas, assim, 2010...



O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - A pergunta é: foi o senhor que contratou?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não fui eu que contratei. Para responder de forma específica: não, não foi na minha gestão. E aí as iniciativas tomadas, as providências tomadas a partir dos problemas que nós começamos a nos defrontar com a Mellon são as ações que o senhor já conhece. A ação mais significativa é a da Fidex — que nós já temos tutela, e no STJ, com ganho no STJ — e mais cinco, por volta de mais cinco ações contra a Mellon, também com relação a outros possíveis problemas que nós temos, que remontam a mais de 4 bilhões de reais. Canabrava também não. Nós tivemos investimento em 2012, e aí é na minha gestão...

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Não o quê? Foi o senhor que contratou a Canabrava?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não. É anterior à minha chegada também. É a única que tem, o único investimento que saiu ainda no meu período, de 2012, foi feito pela Mellon, no terceiro nível da Mellon, no Fundo Brasil Carbono Multimercado. Não tinha conhecimento desse investimento.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Qual a providência que o senhor tomou em relação à Canabrava?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Aqui, nós ainda não temos ela, nós temos um provisionamento. Quando eu estava ainda no POSTALIS, no ano passado, e daí para frente são as iniciativas de busca da garantia do investimento para o possível *default* que vai existir. Então, é nesse sentido que está, ou seja, judicializado, com a tentativa de repactuação constante. A judicialização não impede de você continuar negociando com o empresário. Galileo também não foi na minha época, é anterior à minha chegada, e assim que o MEC tirou a exploração pela Faculdade de Medicina, por parte da Galileo, cancelou a sua exploração, nós fizemos a liquidação antecipada de investimentos e estamos aguardando a decisão, na Justiça, para buscar o resto do nosso investimento. Já tínhamos recebido mais da metade um pouquinho. Cajamar também. Cajamar não sou eu quem faz, porque, como ele é um investimento, não é o presidente; ele é um investimento, ele sai da Diretoria Financeira. Como ele chegou lá na Diretoria Executiva para aprovação,



porque era um investimento acima de 5% do nosso patrimônio, ele passa por toda a governança. Ele teve avaliação, ele teve opinião legal, ele teve opinião de Comitê, de sugestão à Diretoria para comprar. Avaliação do imóvel, que custava 210 milhões, à época, nós podíamos pagar até 210 milhões, ou seja, pagou-se 194. Então, tudo isso nos deu o quê? Nos deu a segurança para fazer a aprovação, encaminhar para o Conselho Deliberativo, que, também, da mesma forma, aprovou. E nós compramos o terreno, que nós consideramos — eu, pelo menos, considerei, enquanto estive no POSTALIS — como um dos melhores investimentos, porque tem os Correios como locatário. E agora fizemos uma sugestão, uma oferta aos Correios, para vender o terreno por 242 milhões. Ou seja, um belo investimento, se esse retorno vier para nós, se os Correios toparem comprar. E, por último, a questão da governança. Eu já disse aqui, fizemos uma série delas na minha época em que nós estivemos lá, juntamente com a Diretoria atual, no sentido de melhorar a nossa capacidade de decisão, colocando o *rating* só nas agências internacionais — não pode ser mais qualquer *rate* que chegasse lá por parte do investidor; era só Fitch, Moody's e Standard&Poor's —; Comitê de Investimento, manual de comitê; e manual de gerência de risco, que nós não tínhamos. Era extremamente importante ter uma gerência de risco que pudesse também ajudar na decisão de investimento. E, por último, a decisão de mudança de alçada do Diretor Financeiro, que saiu de 2 para 1 e agora saiu de 1 para zero. Ou seja, todos os investimentos, fora títulos, serão decididos na Diretoria do POSTALIS. Então, foi isso o que nós fizemos ao longo desses 3 anos e 9 meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay, que vai fazer uso da palavra agora, com o tempo de Líder também.

A Deputada Erika Kokay terá o tempo de Líder. O cronômetro não está funcionando, mas ali, naquela tela preta do computador, Deputada Erika Kokay, V.Exa. poderá controlar o uso do seu tempo, que são 12 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não vou poder, Sr. Presidente, porque a idade não permite que eu controle daqui o tempo lá. Mas o senhor pode me controlar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Então, o Saulo irá informar quando chegar perto do final.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pronto. Então, está perfeito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Bom, zerou aqui. Não, o Saulo me informa, é melhor. Eu queria aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na sequência, temos o Deputado Raul Jungmann e o Deputado Rubens Bueno, não sei.

Deputado Raul Jungmann, o Deputado Rubens Bueno vai fazer uso da palavra? Só para inscrevê-lo. Não. Então, o Deputado Raul Jungmann encerrará as inscrições. E eu, ao final, também tenho alguns questionamentos pendentes.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Parte do que foi explicitado hoje já foi explicitado anteriormente, parece-me que, em agosto, quando nós tivemos aqui o Sr. Conquista. Do que foi dito, nós temos algumas coisas que foram pontuadas que me parecem absolutamente importantes. Primeiro, se falou muito de Canabrava. E aqui já foi dito, respondendo à pergunta do Deputado Paulo Teixeira, que não foi na gestão do Sr. Conquista. Aqui eu vou tentar recapitular.

Canabrava Agrícola. Os aportes de investimento na debênture da Canabrava Agrícola ocorreram entre março e maio de 2011, no montante de 20,2 milhões. Se não me falha a memória, o Sr. Conquista entrou em abril de 2012 na POSTALIS. Aqui nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O cronômetro voltou a funcionar. V.Exa. pode se orientar por ele.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Aqui nós temos Canabrava Energética. Os aportes de investimento na debênture da Canabrava Energética ocorreram entre maio de 2010, no montante de 68,6 milhões, sendo 33,4 milhões em carteira própria, e 35,1 milhões, que faziam parte da carteira do fundo ASM Brasil Carbono e outros. Portanto, também não se deram durante a sua gestão.

Aqui se falou muito — e é importante que se fale — de um processo com o Trendbank. Os investimentos da POSTALIS no fundo do Trendbank ocorreram em 2010 e não houve nenhum aporte durante a gestão atual, ou a gestão do Sr. Conquista, na POSTALIS. Os cotistas do fundo do Trendbank estudam a estratégia e as ações a serem tomadas para a recuperação do investimento no âmbito da Justiça. Portanto, já tomaram essas iniciativas.



Aí, nós vamos analisar a Operação Galileo, que aqui também já foi falada. Os desembolsos para a aquisição da debênture do Grupo Galileo ocorreram em maio e outubro de 2011. Entretanto, quando o Sr. Conquista — me corrija, se eu estiver errada —, o Sr. Conquista assume a Presidência da POSTALIS, havia o pagamento, o pagamento das cotas ou o pagamento do investimento que estava previsto.

Entretanto, quando o MEC, em 2014, descredenciou a Galileo Educacional e Gama Filho, o que faz a POSTALIS? Pede a antecipação do vencimento da dívida, e é isso o que gera a inadimplência. Ou seja, como não há mais o credenciamento do próprio MEC à Faculdade de Medicina, você perde a garantia de um investimento que estava adimplente, ou seja, investimento que estava sendo pago conforme contratado entre a POSTALIS e a Galileo. O que faz a POSTALIS sob a gestão do senhor? A POSTALIS requisita que seja tudo pago, na medida em que não há mais lastro para que a Galileo possa vir a fazer os pagamentos anuais, na medida em que foi descredenciada a Faculdade de Medicina. Mas é um investimento, repito, construído entre maio e outubro de 2011. Então, vejam, nós tivemos já, ou a POSTALIS já teve, a recuperação de 44 milhões 603 mil, 450 reais, de um total de 81 milhões, 403 mil e 543 reais. E nós temos uma reivindicação de uma ação judicial para tentar recuperar o que foi colocado. Então, é preciso esclarecer quais foram as origens desses investimentos, entre elas, algumas que são de difícil explicação.

A BNY Mellon, uma grande empresa e um grande banco, que inclusive já veio depor aqui, fez operações utilizando *liquid paper* ou coisa que o valha, comprando títulos sem qualquer tipo de justificção. Isso não aconteceu na sua gestão, e é correto o que foi feito em sua gestão do ponto de vista de tentar recuperar as perdas, porque, no contrato com a BNY Mellon, a BNY Mellon assume todas as responsabilidades pelos investimentos que são feitos. Inclusive, um desses investimentos foi feito na Canabrava, se não me falha a memória, também por meio da BNY Mellon, em 3º nível.

Então, vejam, a responsabilidade da BNY Mellon é absolutamente incontestável, incontestável! Tanto é incontestável que há uma cláusula do contrato em que ela se responsabiliza por possíveis danos causados por seus próprios investimentos. Ou seja, se o banco se responsabiliza pelos danos originados dos investimentos que faz, através de estudos, enfim — eu achei boa a caracterização



disso como uma aranha: faz-se uma contratação, mas há várias pernas que tecem várias teias, e há teias que são contrárias aos interesses dos participantes do próprio POSTALIS —, é inegável que ele tem responsabilidade sobre os investimentos, porque ele assume a obrigação de restituir os valores objeto de perdas em investimentos malfeitos.

Mas eu queria abordar ainda a questão do terreno em Cajamar. Aqui, muito foi falado sobre ele, mas eu queria apenas retomar o que já foi falado aqui em agosto e no dia de hoje.

Primeiro, parece-me — corrija-me se eu estiver errada, Sr. Conquista — que havia, segundo as documentações que chegaram, inclusive, a esta CPI, a intenção dos Correios, que buscavam a racionalização das suas operações, de construir um complexo operacional logístico em São Paulo, e se estava pesquisando uma área para essa construção. Ou seja, havia a intenção dos Correios de utilizar esta área para fazer essa construção. Nesse sentido é que o POSTALIS começa a se interessar por efetivar esse negócio.

É verdade que um imóvel foi comprado pela empresa com um valor e, depois, vendido ao POSTALIS. O imóvel foi comprado por 41 milhões 707 mil reais e vendido por 194 milhões 906 mil reais e alguma coisa. Entretanto, o que ninguém falou é que ele não era o mesmo imóvel, não se tratava mais de terra nua. Ali, já tinha sido construído um empreendimento logístico, aquele de que os Correios precisavam para implantar um centro operacional logístico no Estado de São Paulo. Foi construído um empreendimento logístico de 77.169,30 metros quadrados. Então, a LATAM comprou o terreno por 41 milhões, algo por volta disso, e o vendeu por 194 milhões, mas o vendeu com um imóvel de 77.169,30 metros quadrados.

Então, este empreendimento, quando foi pensado pelo POSTALIS — corrijam-me se eu estiver errada —, foi pensado...

(Tumulto na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos manter a urbanidade!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu gostaria, Sr. Presidente, de ter o direito de falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A palavra está garantida a V.Exa.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...porque várias informações foram prestadas aqui. É preciso que nós tenhamos clareza disso. É preciso que nós tenhamos clareza, inclusive, da responsabilidade do BNY Mellon, para que nós possamos mediar um acordo que não revitalize ou lese mais ainda os participantes do Fundo, do POSTALIS. E que nós possamos ter clareza da natureza dos investimentos, porque, quanto a esses investimentos de Cajamar, parece-me que o preço, o retorno dele está em 6,04 ao ano. E a meta atuarial do projeto é 5,5.

Então, aí eu entendo, quando o senhor fala, que esse não foi um mau negócio, até porque ele foi alugado para os Correios e parece-me que o primeiro aluguel foi pago, em agosto de 2015, no valor de 1,75 milhões, ou seja, 1 milhão e 750 mil, sendo mais precisa.

Então, vejam, os Correios queriam fazer uma construção e queriam fazer um empreendimento e uma compra com um empreendimento sob medida, porque havia que se ter uma construção sob medida.

Houve a compra de um terreno por um valor. Ele foi vendido para o POSTALIS por um valor superior, mas com uma construção de mais de 70 mil metros quadrados.

Esse empreendimento, que é do POSTALIS, foi alugado para os Correios, os Correios já começam a pagar o aluguel. Por isso, é um investimento que se faz sabendo que ele terá um retorno porque ele estará com uma meta atuarial, um retorno acima da própria meta atuarial.

Eu vou repetir, o projeto, a viabilidade do projeto alcança 6,04 ao ano e nós temos um retorno e uma meta atuarial de 5,5%, ou seja, nós temos, então, um investimento que tem retorno.

E, agora, o senhor traz a informação de que o POSTALIS está ofertando para os Correios, para que os Correios possam comprar esse empreendimento, ofertando por um valor maior do que foi dispendido pelo próprio POSTALIS, mas, desde agosto de 2015, que os Correios já alugam esse empreendimento e repassam quase 2 milhões — 1 milhão, 750 mil — para o POSTALIS todo mês.

O que me chama muito a atenção, e eu acho que são coisas extremamente importantes, é, primeiro, a elevação das condições de governança, a ter a democratização do próprio fundo, porque os outros fundos já contam com



participantes, com representantes eleitos no Conselho de Direção, não, no Conselho Executivo ou na Direção e não apenas no Conselho da Administração ou no Conselho Fiscal, porque isso já faz parte de uma lei que foi fruto de uma CPI que esta Casa proporcionou, há algum tempo, parece-me que na década de 90. Então, portanto, a elevação da governança é absolutamente fundamental.

O segundo aspecto é o caráter conservador que o POSTALIS admitiu, no que diz respeito aos seus investimentos. Quando se sai da renda variável e se investe nos títulos públicos, e eu queria apenas que o senhor repetisse qual foi o valor que o senhor encontrou de investimento em títulos públicos e o valor que o senhor deixa de investimentos do POSTALIS em títulos públicos. Isso é absolutamente fundamental, porque se eu invisto em títulos públicos, eu elimino o risco, o risco.

Então, por fim, Sr. Presidente, eu queria apenas pontuar esses aspectos para que nós tivéssemos aqui os verdadeiros responsáveis sendo punidos. Nós tivemos aqui a presença do ex-Presidente do POSTALIS, o Presidente anterior, Alexej, se não me engano quanto ao nome, que não conseguiu dar as respostas necessárias. Tivemos aqui também a presença do Sr. Adilson, que não conseguiu dar as respostas necessárias; e tivemos aqui várias ações no sentido de cobrar da BNY Mellon. A BNY Mellon é que vai ter que restituir esses valores aos participantes do fundo de pensão.

Nesse sentido, eu encerro, apenas parabenizando a iniciativa desta CPI, porque penso que uma CPI é para investigar, para punir os responsáveis, mas também ela é um instrumento propositivo. As duas resoluções que democratizaram os fundos de pensão são frutos de uma CPI, como disse, desta própria Casa. É muito importante que esta CPI também busque a mediação de um acordo ou estimule a efetivação de um acordo da BNY Mellon com o próprio POSTALIS.

Quero parabenizar o POSTALIS por algumas decisões. Primeiro, por ter processado os Correios, porque, muitas vezes, a patrocinadora não atenta para os interesses do próprio fundo e acha que o fundo pode servir à resolução dos seus próprios problemas. Então, processar os Correios foi fundamental para que nós tivéssemos estabelecido esse provisionamento, enfim, e o reconhecimento de dívidas, diria eu.



O segundo aspecto são estas iniciativas de processar a Galileo, de processar a BNY Mellon, enfim, essas iniciativas no campo jurídico.

Esta CPI vai ter que trabalhar na perspectiva daqueles que aqui vieram e não responderam sobre os seus próprios atos e que transformaram e construíram tamanho rombo, porque eu estou falando do rombo do BD, porque CD não tem rombo, em princípio. CD não tem rombo! Se é Contribuição Definida, não se vai ter rombo, mas se está trabalhando com o rombo do BD, que é outra expectativa. Quando se está na CD, não se sabe ao certo quanto serão carregados de renda diferida ou de complementação de aposentadoria. Mas quando se está no BD, sabe-se. Então, o dano é muito maior, porque se fere um planejamento dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios com relação ao seu próprio fundo de pensão.

Era isso. Eu queria que o senhor confirmasse ou retificasse as informações que aqui foram explanadas.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Bem, Deputada Erika Kokay, acho que os nossos assuntos estão recorrentes. Nesse sentido, eu queria, se a senhora me permitisse, falar sobre a questão da Mellon. O Cajamar, Canabrava, particularmente, o Cajamar, na minha gestão, não temos dúvida de que está sendo e será um bom investimento. Se vendermos mesmo aos Correios vai ser melhor ainda. Esse dinheiro retorna para o caixa e, nessa janela ainda de títulos que está aberta, vamos poder comprar mais títulos ainda. E, aí, é BD, né? Desculpe-me, o Sandro sempre me corrige, perdão. Eu não estou mais lá, mas a janela de títulos ainda está muito boa e, então, tem que se aproveitar. Então, é dinheiro no caixa do POSTALIS. Certamente, a Diretoria que estiver lá à época vai cuidar disso. Mas a questão da Mellon é fundamental. Nós não tivemos dúvidas desde o primeiro momento. As iniciativas demoraram porque elas tiveram que ser tomadas com parcimônia. Nós não podíamos correr o risco de entrar com uma ação e ter uma sucumbência muito maior que causasse prejuízo imediato ao participante. Acho que essa decisão de parcimônia foi vitoriosa no sentido do Fidex. As outras estão em curso. A gente espera também que haja uma bela compreensão por parte do Judiciário da responsabilidade da Mellon. Quando o Deputado Pompeo de Mattos falou — e a gente já enalteceu aqui o trabalho do Presidente da Comissão, Deputado Efraim Filho, do Deputado Sergio Souza, o Relator, e dos senhores como



participantes, Deputados que aprovaram requerimentos — sobre essa questão do Mellon, quando disse que havia também problema do nosso lado, que ele faça um acordo conosco e vá buscar o culpado que ele achar melhor, mas liquide a fatura com o POSTALIS. Não tem problema. Se ele fizer isso, está ótimo. Se ele acha que tem algum problema, ele que nos pague e vá buscar a indenização que ele acha correta, seja lá com quem for.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É apenas para tirar aqui uma dúvida. Alguém falou que seria só o projeto. Mas, parece-me, e corrija-me se eu estiver errada, que se os Correios estão pagando não estão pagando pela terra nua. Estão pagando...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não, foi empreendimento, terreno e construção.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Foi empreendimento. Foi uma construção de mais de 70 mil metros quadrados.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Setenta e seis mil metros quadrados.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É tanto que eu penso que os Correios não pagariam pela terra nua. Pagam pelo imóvel construído sob medida para a efetivação desse centro operacional de distribuição.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso, foi exatamente isso. Então, nesse sentido acho que é isso. Mellon, a responsabilidade está configurada no contrato. É isso! Sr. Presidente, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como último inscrito, Deputado Raul Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Quase boa noite, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Depois, farei alguns questionamentos.

Quase! Acho que, quando o senhor terminar, já será boa noite pela quantidade de informações que me parece que traz consigo.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, são ínfimas consideradas as que V.Exa. dispõe, juntamente com o Sr. Relator; o Dr. Marcus Pestana e outros aqui que nos antecederam. Dou graças a Deus que o Bassuma hoje é ex-Deputado, senão, já teria esgotado tudo isso.

Quero dar boa tarde ao depoente e a todos aqui presentes, ao Sr. Presidente e aos demais companheiros!

Sr. Presidente, eu acho, aqui assistindo ao depoimento do Sr. Conquista, que seria extremamente procedente, produtivo se nós fizéssemos uma acareação entre o Sr. Conquista, o Sr. Predtechensky — que foi o Presidente ou administrador anterior — e o atual. Vejam bem, quando o Sr. Conquista presidiu o Fundo, o POSTALIS, houve um déficit de aproximadamente 1 bilhão. Não é isso? Quando ele saiu, 4 anos depois, esse déficit ficou próximo de 6 bilhões. E se eu perguntar aqui, o que eu perguntar aqui, eu já sei da resposta, porque já ouvi as perguntas anteriores: o Sr. Conquista vai simplesmente dizer que foi a gestão anterior.

Então, vejam bem, ou bem nós temos a presença de um administrador anterior e do futuro administrador, aliás, o que sucede a ele, ou então grande parte dessas perguntas vão resvalar, as perguntas que eu queria fazer. E vou fazer algumas, mas elas, em grande medida, vão resvalar nessa mesma resposta. Ou seja, foi tudo culpa do anterior, foi ele que fez tudo. O Sr. Conquista tem um período de 4 anos. Aquele déficit, pelos dados que eu tenho, se multiplicaram por 5, mas a culpa foi do Presidente anterior. E nós temos o atual Presidente, mas, digamos assim, esse déficit permanece.

Então, eu vou fazer por escrito, mas estou antecipando ao Sr. Presidente que, se tempo houver, seria de fato muito interessante colocar esses administradores aqui para que pudéssemos, então, esclarecer, afinal, de quem é essa responsabilidade.

Então, esse era, digamos assim, o introito que eu tinha que fazer. As minhas perguntas são evidentemente, a esta altura, bastante limitadas pelas respostas anteriores, mas eu, contudo, farei aqui uma primeira delas ao Sr. Conquista.

Diga-me uma coisa, o senhor deve, não sei se o senhor teve conhecimento, mas na delação premiada do Senador Delcídio do Amaral, S.Exa. fala que foram repassados os recursos pelo senhor... Não pelo senhor. O Adir Assad, começando



corretamente, aparece na delação premiada do Senador Delcídio, ele como tendo repassado recursos, segundo o Senador, que teve a sua delação premiada homologada agora para a campanha da Presidente Dilma. O POSTALIS investiu 60 milhões do Trendbank, o que já foi objeto aqui de outras inquirições. O Trendbank repassou aproximadamente 100 milhões para as empresas do Sr. Adir Assad, que eram de fachadas, com notas frias.

A pergunta, então, que agora faço ao senhor; e na verdade são três perguntas. Primeira, o senhor teve algum contato com o Sr. Adir Assad? Segunda, o senhor tem conhecimento de algum repasse que tenha sido feito às empresas do Sr. Adir Assad, via Trendbank? E, por último, durante a sua gestão, o senhor teve algum contato com gestores do Trendbank? Tomou alguma atitude em relação ao Fundo gerido pelo Trendbank? Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Desculpe-me, eu não conheço ainda a delação, não é? O senhor me permita, nós estávamos aqui, então, parece-me que ela está acontecendo. Não conheço o Sr. Adir Assad.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Nem teve nenhum contato, nem tem nenhuma relação?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nunca tive contato, não tenho menor ideia de quem seja, não conheço. O senhor disse de algum repasse para o Trendbank. Parece-me que o Trendbank para ele também são informações de jornais. Não tenho a menor ideia porque essas coisas aconteceram quando eu ainda não estava no Fundo. E, no Trendbank, eu disse — o senhor acho que ainda não tinha chegado —, nós já tomamos as iniciativas jurídicas, nós cotistas, inclusive, não só o POSTALIS. A partir do momento em que começaram a pipocar estas informações de que realmente havia um desvio na conduta dos recebíveis, que eles não tinham lá a sua firmeza, realmente, não existiam, todos os cotistas se reuniram. Nós já trocamos o gestor, trocou-se o gestor, tentou-se melhorar, e aí a ação na Justiça. Então, hoje essa questão do Trendbank, dentro lá do POSTALIS, está judicializada juntamente com os outros cotistas do Fundo Trendbank.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - O senhor teve algum contato, conhece o Sr. Mauro Halpern?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu posso responder já direto? Não conheço.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sr. Presidente, dou por encerrada a oitiva. Obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Só para fazer uma observação — e prestei bem atenção, mas não pude ficar até o final, porque eu tive que sair rapidinho — sobre a fala da Deputada Erika Kokay. Em que pese parecer um bom negócio para a POSTALIS, não significa que não tenha havido irregularidade, má-fé, que nós estamos apurando. E, em que pese parecer um bom negócio para a POSTALIS, pode não ter sido um bom negócio para os Correios, que é uma empresa estatal nossa.

Então, o importante para nós é a apuração se houve superfaturamento e benefício ilegal nessa transação. E, paralelamente, começamos também a perceber o seguinte: nesse caso, a POSTALIS compra e aluga. E, na sede da POSTALIS, ela vende e aluga. Vejam, um terceiro compra o terreno, e ela o aluga, fazendo, aí, sim, também um mau negócio. E, pelo jeito, foi bom negócio para quem comprou.

Então, esses dois casos precisam ser apurados, tanto a compra do terreno em Cajamar quanto a venda da sede da POSTALIS, inclusive, apurados com mais profundidade, Sr. Presidente, para que a gente verifique realmente quem são os responsáveis por esses negócios, porque são negócios ruins para a POSTALIS. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso, Deputado Samuel Moreira, que nós temos que realmente apurar tudo. A função de uma CPI é apurar, senão, ela não tem por quê existir. Apurar com isenção e sem predeterminação de qualquer tipo de culpa. Mas, enfim, apurar. Agora, o que não dá é alguém simplesmente dizer que o terreno foi comprado por 40 mil e vendido por 70 mil, sem dizer que houve uma melhoria, que houve uma construção de mais de 70 mil metros quadrados. Houve uma construção!



Então, não se pode dizer apenas que alguém comprou um terreno e o vendeu 3 meses depois, e que houve superfaturamento. Eu ouvi várias vezes aqui que foi superfaturado. Acho que temos que investigar sem nenhuma dúvida, mas é preciso colocar a investigação nos pontos corretos. O terreno foi comprado, a terra nua, e foi feito um empreendimento sob medida, chamado BTS, ou seja, foi construído com aquele objetivo, e foi vendido com essa construção ou, teoricamente, com o compromisso da construção. E, hoje, ele está sendo alugado pelos Correios.

Quero dizer que as coisas têm que ficar absolutamente claras. Não se pode dar a impressão de que eu comprei uma terra nua por um valor e que, em seguida, eu a vendi para a POSTALIS com um valor muito maior, depois de 3 meses, sem que se diga que os Correios tinham a intenção de comprá-la. Esse processo passou pelo Conselho Deliberativo, por várias avaliações, tornou-se um processo maturado, e o negócio está dando retorno. Eu também acho que, às vezes, o negócio é feito de forma ilícita, mas ele dá retorno também. Por isso, nós temos que investigar.

O negócio está dando retorno, não foi feito de forma desastrosa, não se comprou qualquer coisa. É preciso dizer que ali tem uma construção de 73 mil metros quadrados, que a intenção dos Correios era de ali construir um centro de distribuição operacional, que está em funcionamento, e que a empresa já está pagando a POSTALIS.

Mas eu concordo com V.Exa. que nós temos que investigar e que o fato de ter superado a meta atuarial, por si só, não assegura que não tenha havido qualquer tipo de ilicitude. É função desta CPI apurar esse caso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta, que não surgiu aqui surpreendentemente, eu mesmo falhei.

O senhor saiu antes de completar o seu mandato. A que isso se deveu e em que circunstância? Por que o senhor foi substituído na POSTALIS?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Deputado Marcus Pestana, eu penso que, com a mudança no comando dos Correios, principalmente do Ministério — e a empresa fica no guarda-chuva —, e depois na direção dos Correios, era natural imaginar que houvesse uma mudança na cadeia também. As empresas que os Correios tinham...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Faltava quanto tempo para o seu mandato?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na verdade, o meu mandato tinha sido renovado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E quando foi renovado?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Foi renovado em agosto de 2015.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em 2015.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu teria mais 4 anos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, ele teria até 2017?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não. É porque o novo estatuto estava dando mais 4 anos para o Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, o senhor teria mais 4 anos?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Iria até 2019. Acho que até 2019, se eu não estou enganado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas isso não reflete uma avaliação negativa sobre o seu trabalho?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Mas é que são mandatos e podem ser renovados ou não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, mas e essa substituição?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Assim, as informações que me chegaram não foram nesse sentido.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não reflete, então, já que não é uma avaliação negativa sobre o seu trabalho? Não reflete? Infelizmente, os fundos de pensão estão reféns da flutuação conjuntural do jogo político no sentido mais rasteiro ao invés de blindarem por uma gestão profissional. (*Palmas.*)

Das duas uma: ou o senhor estava fazendo um bom trabalho e deveria continuar com os seus 4 anos de mandato, ou o senhor não estava e foi substituído por injunções políticas, essa coisa do aparelhamento e do dano que se recebe do presidencialismo de cooptação, ou o senhor não estava fazendo um bom trabalho e o Governo, então, o substituiu.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero apenas dizer o seguinte.



Mudou a gestão dos Correios, mudou a gestão, em verdade. Eu posso até dizer que você tem que mudar essa prática, que é histórica.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas o fundo não é do Ministro, nem dos Correios, nem do Ministério. É dos trabalhadores dos Correios.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente. Concordo com o senhor que nós temos que acabar com essa prática chamada de porteira fechada, que é histórica, é histórica de verdade.

Se se muda o Presidente da patrocinadora, ele se sente no direito de mudar o Presidente do fundo de pensão, independente do próprio valor.

Eu acho que poderíamos até trabalhar na perspectiva de ter uma segurança, alguma coisa como agência, enfim, alguma coisa nesse sentido.

Eu me inscrevo de novo para fazer duas perguntas. Primeiro, quero saber se houve na sua substituição alguma coisa que o desabonasse, porque eu escutei aqui no plenário alguém que disse que o senhor estava saindo por má gestão e tal. Houve alguma coisa escrita ou formalizada nesse sentido? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: foi na sua gestão que foi vendida a sede do POSTALIS, como falado aqui pelo Deputado Samuel Moreira?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Não, não foi. Foi em 2010 a decisão da diretoria de fazer, de vender todo o seu patrimônio imobiliário. Em 2010. E não tive nenhum registro em ata do conselho deliberativo que me dispense algum fato que me desabone. Eu estava respondendo, eu ia responder ao Deputado Marcus Pestana que a informação que me chegou dos Correios, de pessoas muito próximas da Diretoria, do Presidente e de seus Vice-Presidentes é que era só uma troca mesmo de comando, ponto, mas não por motivo de má gestão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então, comprova a tese.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Eu não tenho como fazer o julgamento dessa condição. Assim, eu só recebi essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Entre a cruz e a espada: ou saiu por conta dos autos de infração da PREVIC, o que configuraria uma má gestão, ou saiu pela ingerência política e o aparelhamento das instituições. Como foi dito, é algo histórico e precisa ter sua cultura transformada.



Muito bem, há ainda inscritos, mas me permitam esclarecer acerca de algumas pequenas pendências que ficaram, Sr. Conquista.

Sobre essa questão de Cajamar muito já foi dito. Eu até me considero um pouco satisfeito com o tema Cajamar, porque é fruto de uma ação civil pública que está sendo gerida e tocada pelo Ministério Público Federal, inclusive com bloqueios de bens.

Portanto, há pelo menos presunção e um indício de que foi encontrada alguma irregularidade grave. É claro que a defesa apresentada pelo senhor e os demais réus podem reverter essa análise primária.

Agora, uma pergunta. A questão principal, quando se trata de Cajamar, é o início do processo. Depois de o processo ser configurado e os alugueis, não. Agora, a aquisição do terreno...

Tem-se notícia de que o POSTALIS negociava com o detentor original do terreno. De repente, desiste. Após 3 meses, um atravessador compra e vai vender para o POSTALIS por 3 vezes mais.

Então, não se trata do valor da obra, Deputada Erika Kokay, a que V.Exa. se referiu. Há uma avaliação da Richard Ellis de 190 milhões, porque ela leva em consideração o prédio, mas, quando avalia em 190 milhões, salvo engano — estou citando valores brutos, sem precisão técnica —, ela aponta o valor da terra nua e o valor do investimento. Quando ela aponta o valor da terra nua, dá um valor muito menor do que o POSTALIS poderia ter ganhado, se tivesse feito a aquisição diretamente com o proprietário original.

O grande problema, que necessita de uma força-tarefa da Lava-Jato com quebras de sigilo para tentar descobrir por onde essa teia passou, é o porquê de o POSTALIS ter desistido da aquisição original, de ter entrado um terceiro que tem relações com a direção do POSTALIS e depois de a aquisição ter sido feita com uma margem, com um ágil muito grande.

Foi isso que o Deputado Marcus Pestana e o Deputado Samuel Moreira deixaram como dúvida. Não foi na sua gestão. Você não sabe responder durante este momento. Agora, fica realmente essa pendência, que nós vamos tentar, no relatório final, resolver.



Outra pergunta — a essa o senhor pode ajudar a responder —: o valor da alocação do imóvel, lá em 2011...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Calma!

Em 2011, foi colocado como sendo um valor... Aqui está dizendo que, na data de 26 de dezembro de 2011, foram cotados entre 1 milhão e 778 mil reais e 1 milhão e 927 mil reais mensais. Mas o contrato de locação só foi firmado em maio de 2013. O POSTALIS aceitou receber, no ano de 2013, um valor de aluguel inferior ao valor de mercado aferido em 2011, que foi 1 milhão e 750 mil, muito próximo, um pouquinho abaixo do piso. E ainda ficou mais defasado, em virtude de o primeiro recebimento só ter sido feito em agosto de 2015.

Essas são as informações brutas que nós temos. Esse valor foi reajustado? Hoje ele é diferente? Como se deu a negociação desse valor de aluguel? E quanto ele é precisamente na data de hoje?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Então, Deputado, todas as negociações que foram desenvolvidas com os Correios, por parte tanto do POSTALIS quanto da direção, sempre se nortearam em cima de avaliação lá, por parte deles, provavelmente. E o nosso valor sempre é colocado para atingimento de meta atuarial. Então, eu posso depois remeter para o senhor aqui... Os cálculos são para lá de complexos. Cálculos de meta atuarial são cálculos puramente matemáticos, está certo? Então, o valor de 1 milhão e 750, quando nós fechamos com os Correios, atendia, muito provavelmente, a uma avaliação que ele tinha lá e atendia, particularmente, à nossa meta atuarial aqui, está certo? A demora para que essas questões fossem resolvidas foi porque nós tivemos, a partir do momento em que tudo seria resolvido, uma série de discussões com os Correios a respeito das obras. Isso nos tirou o sono — entendeu? —, porque nós havíamos feito um projeto. Aí, os Correios fizeram exigências para a gente. As máquinas que vão chegar agora — parece que chegarão este ano ainda as máquinas que vão distribuir as coisas — eu não sei exatamente como funcionam. Tinham uma amperagem, mudaram a amperagem. Uma série de outras coisas... A doca tinha um tipo de bitola, mudou a bitola. Eu posso dizer para o senhor que foi, assim, um desgaste tremendo para que a gente pudesse chegar, a partir... Os Correios entraram efetivamente em dezembro



de 2014 e o aluguel por umas obras que nós tínhamos como responsabilidade fazer foi efetivamente pago em 2015. Acho que isso vai ser corrigido agora em julho de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quer dizer que houve todo esse drama com Cajamar e ainda a questão da RTSA? Então, a relação com os Correios não era de mãe, mas de madrastra.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Nossa! Desgastante demais!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E era seu amigão o Wagner Pinheiro! Imagine se não fosse um compadre que tivesse lá com essa relação tão próxima. (*Palmas.*)

Às vezes, o que me parece, Sr. Conquista — e o senhor apresente a sua versão —, é que essa relação de amizade acaba gerando um recuo na defesa dos interesses dos aposentados, que deveriam ser colocados em primeiro plano. A agenda de primeiro plano não me parece ser a dos aposentados. A agenda do partido ou a agenda do Governo passou a ser mais importante do que a agenda dos aposentados para o POSTALIS. (*Palmas.*)

Eu queria registrar aqui que a nossa transmissão é feita pela Internet. Há muitas pessoas no Brasil todo que assistem a essas audiências do começo ao fim — Minas, São Paulo, em vários Estados do Nordeste. Dentre eles, está o Sr. Antonio Mello, que é um dos nossos telespectadores. O Sr. Antonio Mello foi citado aqui e é o gestor da ASM e também, hoje, é gestor da Canabrava. Ele, através de contato com o Secretário Saulo, contestou duas informações que foram passadas pela Consultoria: de que não teria havido o atual leilão judicial e também de que não teria havido a captação no segundo fundo, e falou que traria documentação para comprovar o que disse, o que será muito bem recebido, já que, para nós, o que interessa é a busca da verdade. Porém a Consultoria mantém a sua posição de que houve avaliação judicial em 20 milhões, quando a Só Brasil foi adquirida, ao fim, por 64 milhões, num pagamento por parte da Canabrava. Esse *gap* de 44 milhões ainda é fruto de suspeitas de nossa parte.

A informação do Sr. Antonio Mello, Sr. Conquista, bate de frente, entra em confronto, confronta a auditoria dos Correios. A auditoria realizada pelos Correios constatou que o Fundo ASM Brasil Carbono, pertencente ao Fix Serengeti,



administrava as mesmas debêntures da Canabrava Agrícola e da Canabrava Energética, adquirida pelo POSTALIS na sua carteira própria, além das debêntures da Só Brasil. Esse fundo, até julho de 2014, despendeu, com taxa de administração, 2 milhões e 20 mil reais, conforme planilha de acompanhamento do próprio POSTALIS. No ano de 2013, foram pagos, pelo mesmo motivo, 2 milhões 546 mil e 488 reais. Esses dados são da Auditoria dos Correios, que mostram que, de duas fontes diferentes, acabaram chegando os mesmos valores para um só investimento. A Auditoria identifica a irregularidade, que foi o indevido pagamento da taxa de administração.

Durante o primeiro questionamento que fiz a V.Sa., V.Sa. negou que tivesse tido conhecimento dessas informações durante a gestão. Então, eu vou pedir que V.Sa. comprove comigo estes documentos, se são do seu conhecimento e se são da sua época.

Aqui, eu trago a ata da 672^o Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos. Data, local e hora: 2 de janeiro de 2015. Era o tempo ainda de sua gestão. Confirma?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Presidente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ela vem trazendo algumas análises e traz aqui a informação do pagamento da taxa de administração do Fundo Brasil Carbono. O Analista Sérgio Vieira informa ao Comitê o pagamento da taxa de administração do Fundo Multimercado Brasil Carbono, devido no ano 2014. Então, é uma ata do Comitê de Investimento na sua gestão. Nós temos mais, mas o senhor falará ao final.

Aqui nós temos também a informação do Fundo Brasil Carbono Multimercado de que gestores do fundo pedem para adiar o evento de pagamento programado para a debênture da Só Brasil. Aqui tem uma tabela. Fica longe para mostrar a vocês; não sei se a televisão consegue chegar aqui, acho que não. Nós temos aqui, por exemplo, Sr. Conquista, não sei se esta tabela foi do seu conhecimento. A amortização prevista para a Canabrava, no caso das debêntures da Só Brasil, deveria ter iniciado em 15 de dezembro de 2014 com pagamentos de 3 milhões, 9 milhões, 11 milhões, 13 milhões, 15 milhões, 14 milhões, terminando em 2020. Eles fizeram a atualização da proposta para começar só em dezembro de 2016. A



especialista Ginne Siqueira Diniz foi contrária a essa amortização. As informações que temos é que, pelo contrário, aconteceu de vocês reverterem esse pagamento em ações da Usina Sobrasil S.A, conforme consta aqui.

Você tem conhecimento dessa operação que aconteceu?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Em transformação de ação, não. Possivelmente, isso deve ser uma repactuação que ocorreu dentro da área financeira. Possivelmente eles têm... Eu não sei em que data foi que eles, Sr. Presidente, estiveram lá, mas já sabedores que não iam conseguir pagar mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em 4 de dezembro de 2014, foi o parecer.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - ...devem ter feito uma sugestão de repactuação — o senhor percebe —, fazendo um bom pulo. Eu não sei está na ata de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Exato. A informação que temos é que foi negado e houve uma reversão em ações da Usina Sobrasil S.A.

Há o último documento. Agora é Ata da 654ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, reunião de nº 654, em 9 de setembro de 2014. É sua gestão. Confirma?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, na minha gestão como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como Presidente. A mesma informação. Aqui ela traz fundos a liquidar: o Fundo Carbono, debênture Canabrava Energica, Debênture Agrícola e debênture Sobrasil, dos gestores a substituir, também com a presença de V.Sa. na Presidência. Perfeito? Então, esses dados...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na Presidência. Deve ser um resgate isso aqui? Quis resgatar na carteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram apresentadas segundas propostas, resumo da proposta Plano BB, fundos a liquidar, ativos incorporados à carteira própria. Ou seja, há a questão de que aqui esse documento joga por terra a informação também de que tudo era responsabilidade do BNY Mellon. O BNY Mellon tem sua cota de responsabilidade, que é inegável, mas também havia investimentos na carteira própria do POSTALIS.



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - É que é diferente, Sr. Presidente. Foi para a carteira própria. A aquisição é que foi feita pelo Mellon. É isso o que eu quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo, mas vocês geriram aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Quando nós tiramos a estrutura do Serengeti, nós fomos trazendo para dentro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, mas estava na carteira a própria a gestão.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, agora tomando as medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Aqui está claro. Não começou, mas, Deputada Erika Kokay, a questão que foi dita aqui é que não era de conhecimento do POSTALIS esse tipo de investimento na carteira própria deles. E nós estamos provando que, sim, existia gestão na carteira própria do POSTALIS de debêntures referentes à Usina Sobrasil, que está lá caindo aos pedaços, é uma lata velha na cidade de Campos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Presidente, é uma pena que nós não tenhamos conseguido viabilizar as acareações, porque o BNY vem aqui e fala que definitivamente não tinha nenhum papel na definição dos investimentos e na avaliação, e a direção do POSTALIS fala o contrário.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Presidente, permita-me... Eu só me referi à aquisição. Eu não disse na carteira própria. Quando vem para dentro carteira própria, nós começamos a trabalhar todos os problemas. Quando nós tiramos essa questão da aranha, que não é o termo mais indicado, quando se acaba com essa estrutura, é que nós começamos a nos defrontar com os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Então, para retirar essa sua dúvida. Acordo de cotistas do Fundo de Investimento em Participação Bioenergia, como o segundo ao lado da PETROS e do POSTALIS, além de outros interessados... Eles assinam o acordo de cotistas, em que tudo está traçado aqui. São diversas páginas, umas 30 ou 40 páginas, e quem assina pelo POSTALIS é o Sr. Antonio Carlos Conquista, Diretor-Presidente. Eu pergunto se essa assinatura aqui é do senhor?



O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sim, é minha, mas são os contratos que possivelmente são assinados como obrigação estatutária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, mas isso é conhecimento do acordo de cotista dos fundos de investimentos na data...

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Esse não é o Sobrasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não, é o Bioenergia, onde o Canabrava está aqui dentro, inclusive o Sr. Ludovico Giannattasio é um dos signatários Então, é o FIP em que a Canabrava está inserida, de 3 de dezembro de 2012, na sua gestão. Claro que o senhor assina como Presidente. Às vezes, essa menção de que desconhece, de que não tinha como controlar vai por água abaixo diante dessa questão do conhecimento. Desconhecer não é a mesma coisa que não acompanhar. O que me parece é que o POSTALIS foi omissos e negligente no acompanhamento do desenvolvimento de alguns investimentos tão substanciais como foi o do POSTALIS. Não podemos dizer que desconhecia, porque as assinaturas aqui comprovam isso. A omissão e a inércia no acompanhamento — parece-me — foram características da gestão de alguns investimentos, principalmente daqueles que resolveram acabar um déficit e uma possibilidade de *default* tão gigantesca. (*Palmas.*)

Eu encerro aqui a minha participação. Passarei ainda a palavra ao Sr. Antonio Carlos Conquista para que faça suas considerações finais.

A Deputada Erika Kokay pede precedência na palavra.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu vou fazer um requerimento nesse sentido, que fosse feita uma diligência em Cajamar para vermos essa estrutura que ali está, para saber se corresponde ou não corresponde. Acho importante. Da mesma forma que esta CPI investigou os investimentos de Canabrava e ali percebeu que os investimentos não correspondiam, eu acho que, se há tanta dúvida acerca disso, seria importante que víssemos mesmo. Estamos falando de um prédio de mais de 70 mil metros quadrados. Sabemos lá se é mesmo isso ou se não é. Da mesma forma que esta CPI fez essa diligência para ir à Canabrava verificar esses investimentos e atestou que eram investimentos apodrecidos, que foram iniciados em gestões anteriores. Alguns, desde o início, foram feitos na gestão própria, ou seja, na carteira própria do POSTALIS. Parece-me



que um foi considerado nível 3 pela BNY Mellon, mas alguns, desde o início, conforme se disse aqui, foram feitos na gestão própria.

Eu vou fazer um requerimento para que nós possamos fazer uma diligência e verificar realmente esse prédio, porque eu acho que ele é importante para que possamos atestar o seu valor. Acho que quem não quer ir em busca da verdade não sabe que o objetivo desta CPI é realmente investigar todos os aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Esperamos esse requerimento, Sra. Erika Kokay.

Antes de passar a palavra ao Sr. Antonio Carlos Conquista, para suas considerações finais, permitam-me fazer um registro.

Ainda no início da reunião foi-me entregue uma representação dos aposentados e beneficiários do SISTEL, que pede a inclusão da Fundação SISTEL de Seguridade Social na CPI dos Fundos de Pensão. Eu me comprometi a fazer apenas o registro do recebimento da documentação. Logicamente, por uma questão regimental de limitação do objeto, não é possível. O trabalho da CPI e a repercussão que tem conseguido para mudar a metodologia dentro das instituições, das fundações, tem despertado o interesse de outros fundos para que pudéssemos ampliar esse volume. V.Exas. estão percebendo que com os quatro fundos apenas, no valor de 350 bilhões... Talvez, se tivéssemos o tamanho da força-tarefa da Lava-Jato, tivéssemos condições de chegar a cada elemento que gostaríamos de investigar. Não é possível nem regimentalmente, mas, como satisfação e respeito aos aposentados e beneficiários da Fundação SISTEL de Seguridade Social, o documento está recebido e será anexado à documentação da CPI.

Tem o Sr. Antonio Carlos Conquista com a palavra para as considerações finais.

De tudo o que foi dito aqui, o mais grave é que, a partir deste ano, esses aposentados terão, em média, 16% de redução em seu salário para pagar a conta do déficit. Pela primeira vez neste País, a corrupção é paga no contracheque do aposentado. Lamentamos muito que isso esteja acontecendo. Salvo engano, corrija-me, são 16% mais 9%, que já se paga como contribuição do assistido.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mais 16%.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Somam 25%. E por quantos meses, porque a repactuação anterior era por 186?

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Na regra atual, parece que são 22 anos, Mas não são 22 anos, porque, a cada ano, tem-se que fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Uma nova conta. Pois é, esse é o dado que fica, O porquê esta CPI ter procurado investigar, agir. No seu relatório final, eu tenho muita convicção de que o Deputado Sergio Souza trará os indiciamentos com o rigor necessário, para que possamos dar responsabilidade a quem merece essa responsabilidade, porque, se tem alguém que não as merece, são as senhoras e os senhores beneficiários e aposentados que estão pagando um equacionamento, uma conta indevida, que não é sua. *(Palmas.)* Judicialmente, já se conseguiu suspender uma vez. Quem sabe, com as provas que surgirão no relatório final, consiga-se responsabilizar quem realmente tem culpa por esses desvios, porque dinheiro não desaparece, dinheiro só muda de mão. Quem teve o prejuízo, conforme nós já sabemos, foram os aposentados. *(Palmas.)* Vamos descobrir quem ganhou com o prejuízo de vocês.

Com a palavra o Sr. Antonio Carlos Conquista.

O SR. ANTONIO CARLOS CONQUISTA - Sr. Presidente, no primeiro momento da minha fala, gostaria de agradecer particularmente o empenho que V.Exa., Deputado Efraim Filho, e o Deputado Sergio Souza tiveram com relação ao BNY Melon. Srs. Deputados, por favor, não se sintam desmerecidos se os senhores aprovaram os requerimentos com relação ao BNY Melon. Eu não estou mais no POSTALIS, mas esse grupo de participantes que está aqui, em número de 120 mil participantes, vocês devem agradecer muito a esse ambiente, na medida em que foi extremamente importante para provocar possível negociação com o BNY Melon. Gostaria muito que não tivesse terminado, que o BNY Melon se manifestasse, fizesse proposta ao atual presidente, à diretoria que está lá, para, quem sabe, começarmos a resolver partes. Esses 22 anos que lhes são dados para o efeito do equacionamento, em 31 de dezembro, já tem quem entrar RTCA, se der certo, já entra a venda de carteira, já entra, quem sabe, acordo com O BNY Melon e tira do valor do equacionamento, que, a princípio, é esse número entre 15% e 20% de que



falei no começo. Eu queria agradecer muito aos senhores, particularmente pela condução, porque nós estivemos próximos. Eu já disse isso ao senhor também, e foi extremamente importante. Quero dizer aos participantes que esses 3 anos e 9 meses, para mim, foram extremamente importantes na minha vida profissional. Vou fazer 58 anos e queria ter ajudado mais. Não consegui. Saio com alguma frustração de não poder ter chegado a bom termo, principalmente na solução dos problemas. Aquilo que nos foi possível, encaminhamos. Eu queria agradecer, por onde passei, o recebimento e me colocar sempre à disposição desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por justiça, Sr. Antonio Carlos Conquista, eu faço uma avaliação. No ano de 2015, a evolução do déficit do POSTALIS foi bem menor do que, por exemplo, a evolução do déficit da FUNCEF, da PETROS e da PREVI. Os números realmente trazem isso. O nosso papel aqui não é crucificar ninguém, mas tratar com justiça e com a frieza com que os dados representam. Um agradecimento à presença e aos esclarecimentos que puderam ser prestados. Um agradecimento aos membros do POSTALIS, da FUNCEF e a todos os que estiveram aqui acompanhando. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os senhores Deputados para a próxima reunião ordinária, a se realizar na quinta-feira, dia 17 de março, às 9h30min, neste mesmo plenário, para depoimento do Sr. Carlos Alberto Caser, Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF e para deliberação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.